

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	17
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	18

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	101
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	103

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	655.096.224
Preferenciais	0
Total	655.096.224
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.389.879
Preferenciais	0
Total	1.389.879

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/03/2013	Ordinária		0,05494
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2013	Dividendo	28/03/2013	Ordinária		1,22903

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	8.551.403	8.449.472
1.01	Ativo Circulante	5.941.916	5.888.237
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	252.620	282.487
1.01.03	Contas a Receber	5.689.296	5.605.750
1.01.03.01	Clientes	5.666.754	5.586.770
1.01.03.01.01	Contas a receber Operacionais	5.666.754	5.586.770
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.542	18.980
1.01.03.02.01	Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	306	149
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	16.566	14.006
1.01.03.02.06	Despesas pagas antecipadamente	5.670	4.825
1.02	Ativo Não Circulante	2.609.487	2.561.235
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.246.990	1.185.725
1.02.01.03	Contas a Receber	371	406
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	371	406
1.02.01.06	Tributos Diferidos	451.718	439.699
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	451.718	439.699
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	794.901	745.620
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	794.901	745.620
1.02.02	Investimentos	731.617	738.041
1.02.03	Imobilizado	483.811	486.301
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	483.811	486.301
1.02.04	Intangível	147.069	151.168
1.02.04.01	Intangíveis	147.069	151.168
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	87.278	87.278
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	59.791	63.890

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	8.551.403	8.449.472
2.01	Passivo Circulante	4.108.899	4.216.660
2.01.02	Fornecedores	3.575.399	3.041.652
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.575.399	3.041.652
2.01.02.01.01	Contas a pagar a estabelecimentos	3.213.008	2.680.010
2.01.02.01.02	Fornecedores	350.574	350.233
2.01.02.01.03	Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	11.817	11.409
2.01.03	Obrigações Fiscais	215.944	494.784
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	215.944	494.784
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	207.590	160.606
2.01.05	Outras Obrigações	109.966	519.618
2.01.05.02	Outros	109.966	519.618
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	390.628
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	109.966	128.990
2.02	Passivo Não Circulante	2.004.152	1.955.639
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.128.479	1.129.661
2.02.02	Outras Obrigações	4.461	6.857
2.02.02.02	Outros	4.461	6.857
2.02.04	Provisões	871.212	819.121
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	871.212	819.121
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	871.212	819.121
2.03	Patrimônio Líquido	2.438.352	2.277.173
2.03.01	Capital Social Realizado	500.000	500.000
2.03.02	Reservas de Capital	40.193	76.541
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-63.672	-23.410
2.03.02.07	Reserva de Capital	103.865	99.951
2.03.04	Reservas de Lucros	1.893.116	1.695.653
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.043	4.979

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.320.516	1.168.641
3.01.01	Receita Operacional	1.466.690	1.298.751
3.01.02	Impostos sobre serviços	-146.174	-130.110
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-377.334	-352.220
3.03	Resultado Bruto	943.182	816.421
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-170.381	-123.333
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-141.713	-113.131
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-57.151	-60.203
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-33.715	-29.568
3.04.02.03	Vendas e Marketing	-50.847	-23.360
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-33.402	-11.940
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.734	1.738
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	772.801	693.088
3.06	Resultado Financeiro	192.706	177.118
3.06.01	Receitas Financeiras	229.185	189.082
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.596	6.141
3.06.01.02	Antecipação de Recebíveis - ARV	227.694	190.140
3.06.01.03	Ajuste a valor presente - ARV	-2.373	-11.391
3.06.01.04	Variação cambial, líquida	268	4.192
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.479	-11.964
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-36.479	-11.964
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	965.507	870.206
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-324.641	-303.613
3.08.01	Corrente	-338.811	-307.853
3.08.02	Diferido	14.170	4.240
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	640.866	566.593
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	640.866	566.593
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,98155	0,86731
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,98099	0,86635

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	640.866	566.593
4.02	Outros Resultados Abrangentes	64	0
4.02.01	Variação cambial s/investimentos no exterior	-9.149	0
4.02.02	Resultados com instrumentos de "hedge"(Bonds) s/operações no exterior, líq dos efeitos tributários	9.213	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	640.930	566.593

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	865.331	630.548
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.131.743	997.991
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	965.507	866.206
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	75.733	70.427
6.01.01.03	Constituição (reversão) de Provisão para perda c/ Imob. Intang. liq	107	389
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	4.662	7.929
6.01.01.06	Opções de ações outorgadas	3.914	1.824
6.01.01.08	Perda com aluguel de equipamentos	13.805	6.024
6.01.01.10	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	53.544	31.577
6.01.01.11	Ajuste a valor presente contas a receber	2.373	11.391
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos	16.227	3.962
6.01.01.13	Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	605	0
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-4.734	-1.738
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	351.806	122.123
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-82.357	-130.223
6.01.02.02	Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	-157	-1.613
6.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	0	219
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ/ não circulante)	-2.525	2.759
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-49.281	-33.999
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-845	-5.740
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	519.193	351.738
6.01.02.08	Fornecedores	341	4.204
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-9.948	-9.783
6.01.02.10	Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	408	-1.165
6.01.02.11	Outras obrigações (circ./ não circulante)	-21.570	-54.263
6.01.02.13	Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-1.453	-11
6.01.03	Outros	-618.218	-489.566
6.01.03.02	Juros pagos	-8.364	-3.197
6.01.03.03	IR e CS pagos	-609.854	-486.369
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.158	-2.753
6.02.01	Aumento de capital em controladas e "joint ventures"	-2.000	0
6.02.02	Dividendos recebidos de controladas	2.505	0
6.02.05	Adições ao imobilizado e intangível, exceto aquisições de POS	-3.663	-2.753
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-892.040	-634.291
6.03.01	Captação de empréstimos FINAME, líquido da aquisição de POS	22.974	25.896
6.03.04	Aquisição de ações em Tesouraria	-42.553	-5.800
6.03.05	Dividendos e juros s/ capital próprio pagos	-834.031	-666.217
6.03.06	Pagamento de principal de empréstimos	-40.721	0
6.03.07	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	2.291	11.830
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-29.867	-6.496
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	282.487	240.998
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	252.620	234.502

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500.000	76.541	1.695.653	0	4.979	2.277.173
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.000	76.541	1.695.653	0	4.979	2.277.173
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-36.348	-443.403	0	0	-479.751
5.04.08	Aquisições de ações em tesouraria	0	-42.553	0	0	0	-42.553
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	3.914	0	0	0	3.914
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	2.291	0	0	0	2.291
5.04.11	Dividendos pagos	0	0	-443.403	0	0	-443.403
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	640.866	0	64	640.930
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	640.866	0	0	640.866
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	64	64
5.05.02.06	Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	-9.149	-9.149
5.05.02.07	Resultado com instrumentos de "hedge" de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	9.213	9.213
5.07	Saldos Finais	500.000	40.193	1.893.116	0	5.043	2.438.352

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.854	-346.760	0	0	-338.906
5.04.08	Aquisições de ações em tesouraria	0	-5.800	0	0	0	-5.800
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	1.824	0	0	0	1.824
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	11.830	0	0	0	11.830
5.04.11	Dividendos pagos	0	0	-346.760	0	0	-346.760
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	566.593	0	0	566.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	566.593	0	0	566.593
5.07	Saldos Finais	263.835	45.883	1.327.562	0	0	1.637.280

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.452.885	1.292.727
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.466.690	1.298.751
7.01.02	Outras Receitas	-13.805	-6.024
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-13.805	-6.024
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-403.277	-350.289
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-277.985	-258.793
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-105.692	-85.581
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.627	-3.392
7.02.04	Outros	-13.973	-2.523
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.049.608	942.438
7.04	Retenções	-75.733	-70.427
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-75.733	-70.427
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	973.875	872.011
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	233.919	190.820
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.734	1.738
7.06.02	Receitas Financeiras	229.185	189.082
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.207.794	1.062.831
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.207.794	1.062.831
7.08.01	Pessoal	51.144	46.562
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	477.867	436.389
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.917	13.287
7.08.03.03	Outras	37.917	13.287
7.08.03.03.01	Juros provisionados e Aluguéis	37.917	13.287
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	640.866	566.593
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	640.866	566.593

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	10.147.446	10.027.508
1.01	Ativo Circulante	6.416.612	6.298.483
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	420.071	404.335
1.01.03	Contas a Receber	5.996.541	5.894.148
1.01.03.01	Clientes	5.957.657	5.865.040
1.01.03.01.01	Contas a receber operacional	5.957.147	5.864.906
1.01.03.01.02	Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	510	134
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	38.884	29.108
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados a Recuperar	7.681	3.076
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	22.420	19.015
1.01.03.02.06	Despesas pagas antecipadamente	8.783	7.017
1.02	Ativo Não Circulante	3.730.834	3.729.025
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.304.981	1.244.738
1.02.01.03	Contas a Receber	16.708	16.930
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.708	16.930
1.02.01.06	Tributos Diferidos	467.565	456.416
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	467.565	456.416
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	820.708	771.392
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	820.708	771.392
1.02.02	Investimentos	43.691	42.977
1.02.03	Imobilizado	498.235	499.206
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	498.235	499.206
1.02.04	Intangível	1.883.927	1.942.104
1.02.04.01	Intangíveis	1.883.927	1.942.104
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	909.926	936.116
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	974.001	1.005.988

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	10.147.446	10.027.508
2.01	Passivo Circulante	4.553.051	4.618.944
2.01.02	Fornecedores	3.964.031	3.378.570
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.964.031	3.378.570
2.01.02.01.01	Contas a pagar a estabelecimentos	3.557.186	2.974.040
2.01.02.01.02	Fornecedores	405.580	404.530
2.01.02.01.03	Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	1.265	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	220.087	503.995
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	219.596	165.040
2.01.05	Outras Obrigações	149.337	571.339
2.01.05.02	Outros	149.337	571.339
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	390.628
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	149.337	180.711
2.02	Passivo Não Circulante	3.148.895	3.122.457
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.936.201	1.949.098
2.02.02	Outras Obrigações	10.224	12.616
2.02.02.02	Outros	10.224	12.616
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	10.224	12.616
2.02.03	Tributos Diferidos	296.996	307.717
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	296.996	307.717
2.02.04	Provisões	905.474	853.026
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	905.474	853.026
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	905.474	853.026
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.445.500	2.286.107
2.03.01	Capital Social Realizado	500.000	500.000
2.03.02	Reservas de Capital	40.193	76.541
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-63.672	-23.410
2.03.02.07	Reserva de capital	103.865	99.951
2.03.04	Reservas de Lucros	1.893.116	1.695.653
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.043	4.979
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	7.148	8.934

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.546.534	1.204.327
3.01.01	Receita operacional	1.701.373	1.343.055
3.01.02	Impostos sobre serviços	-154.839	-138.728
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-564.003	-385.543
3.03	Resultado Bruto	982.531	818.784
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-201.534	-123.152
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-168.072	-109.095
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-58.571	-36.860
3.04.02.02	Despesa com Pessoal	-54.768	-48.866
3.04.02.03	Vendas e Marketing	-54.733	-23.369
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-32.176	-13.721
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.286	-336
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	780.997	695.632
3.06	Resultado Financeiro	185.042	177.892
3.06.01	Receitas Financeiras	229.610	189.920
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.025	6.988
3.06.01.02	Antecipação de Recebíveis - ARV	227.694	190.140
3.06.01.03	Ajuste a valor presente - ARV	-2.373	-11.391
3.06.01.04	Variação cambial, líquida	264	4.183
3.06.02	Despesas Financeiras	-44.568	-12.028
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-44.568	-12.028
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	966.039	873.524
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-323.003	-305.824
3.08.01	Corrente	-341.135	-309.878
3.08.02	Diferido	18.132	4.054
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	643.036	567.700
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	643.036	567.700
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	640.866	566.593
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.170	1.107
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,98155	0,86731
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,98099	0,86635

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	643.036	567.700
4.02	Outros Resultados Abrangentes	64	0
4.02.01	Variação cambial sobre investimentos no exterior	-9.149	0
4.02.02	Resultado com instrumentos de "hedge"(Bonds) s/operações no exterior, líq dos efeitos tributários	9.213	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	643.100	567.700
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	640.930	566.593
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.170	1.107

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	911.064	629.764
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.162.828	1.008.865
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	966.039	873.524
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	93.539	73.005
6.01.01.03	Constituição (reversão) de Provisão para perda c/ Imob. Intang. liq.	107	389
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/ Alienado	4.881	8.008
6.01.01.05	Opções de ações outorgadas	3.914	1.824
6.01.01.08	Perda com aluguel de equipamentos	14.327	6.024
6.01.01.10	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	53.936	31.509
6.01.01.11	Ajuste a valor presente contas a receber	2.373	11.391
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos	23.991	3.962
6.01.01.13	Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	605	0
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	1.286	336
6.01.01.15	Participação de outros acionistas que não da Cielo S.A.	-2.170	-1.107
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	372.188	117.217
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-94.614	-138.999
6.01.02.02	Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	-376	-54
6.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	-4.605	219
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ/ não circulante)	-3.183	9.779
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-49.316	-34.082
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-1.766	-5.931
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	568.819	351.738
6.01.02.08	Fornecedores	1.050	2.973
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-11.606	-10.569
6.01.02.10	Contas a pagar controladas e controladas em conjunto	1.265	0
6.01.02.11	Outras obrigações (circ./ não circulante)	-31.992	-57.846
6.01.02.13	Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-1.488	-11
6.01.03	Outros	-623.952	-496.318
6.01.03.02	Juros pagos	-8.364	-3.197
6.01.03.03	IR e CS pagos	-615.588	-493.121
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.612	-5.919
6.02.01	Aumento de capital em controladas e "joint ventures"	-2.000	-2.100
6.02.02	Dividendos recebidos de controladas	8.189	0
6.02.03	Recebimento referente à negociação de preço de aquisição da Braspag	0	600
6.02.05	Adições ao imobilizado e intangível, exceto aquisições de POS	-8.801	-4.419
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-892.081	-634.291
6.03.01	Captação de empréstimos FINAME, líquido da aquisição de POS	22.933	25.896
6.03.04	Aquisição de ações em tesouraria	-42.553	-5.800
6.03.05	Dividendos e juros s/ capital próprio pagos	-834.031	-666.217
6.03.06	Pagamento de principal de empréstimos	-40.721	0
6.03.07	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	2.291	11.830

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-635	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.736	-10.446
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	404.335	271.923
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	420.071	261.477

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	500.000	76.541	1.695.653	0	4.979	2.277.173	8.934	2.286.107
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.000	76.541	1.695.653	0	4.979	2.277.173	8.934	2.286.107
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-36.348	-443.403	0	0	-479.751	-3.956	-483.707
5.04.08	Aquisições de ações em tesouraria	0	-42.553	0	0	0	-42.553	0	-42.553
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	3.914	0	0	0	3.914	0	3.914
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	2.291	0	0	0	2.291	0	2.291
5.04.11	Dividendos pagos	0	0	-443.403	0	0	-443.403	0	-443.403
5.04.15	Efeito dos outros acionistas que não da Cielo S.A. sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-3.956	-3.956
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	640.866	0	64	640.930	2.170	643.100
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	640.866	0	0	640.866	2.170	643.036
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	64	64	0	64
5.05.02.06	Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	-9.149	-9.149	0	-9.149
5.05.02.07	Resultado com instrumentos de "hedge" investimentos no exterior, líq dos efeitos tributários	0	0	0	0	9.213	9.213	0	9.213
5.07	Saldos Finais	500.000	40.193	1.893.116	0	5.043	2.438.352	7.148	2.445.500

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593	14.971	1.424.564
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593	14.971	1.424.564
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	7.854	-346.760	0	0	-338.906	-3.516	-342.422
5.04.08	Aquisições de ações em tesouraria	0	-5.800	0	0	0	-5.800	0	-5.800
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	1.824	0	0	0	1.824	0	1.824
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	11.830	0	0	0	11.830	0	11.830
5.04.11	Dividendos pagos	0	0	-346.760	0	0	-346.760	0	-346.760
5.04.15	Efeito dos outros acionistas que não da Cielo S.A. sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-3.516	-3.516
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	566.593	0	0	566.593	1.107	567.700
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	566.593	0	0	566.593	1.107	567.700
5.07	Saldos Finais	263.835	45.883	1.327.562	0	0	1.637.280	12.562	1.649.842

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.687.046	1.337.031
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.701.373	1.343.055
7.01.02	Outras Receitas	-14.327	-6.024
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-14.327	-6.024
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-566.168	-354.179
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-454.506	-286.542
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-87.859	-61.907
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.594	-3.391
7.02.04	Outros	-18.209	-2.339
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.120.878	982.852
7.04	Retenções	-93.539	-73.005
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-93.539	-73.005
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.027.339	909.847
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	226.154	188.477
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.286	-336
7.06.02	Receitas Financeiras	229.610	189.920
7.06.03	Outros	-2.170	-1.107
7.06.03.01	Participação dos acionistas não controladores	-2.170	-1.107
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.253.493	1.098.324
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.253.493	1.098.324
7.08.01	Pessoal	75.739	65.779
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	488.047	450.302
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.841	15.650
7.08.03.03	Outras	48.841	15.650
7.08.03.03.01	Juros provisionados e Aluguéis	48.841	15.650
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	640.866	566.593
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	640.866	566.593

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS:

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. (“Sociedade”) e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, acompanhados do relatório de revisão de informações trimestrais dos nossos Auditores Independentes.

As Informações Contábeis Intermediárias da Sociedade foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional - IFRS (International Financial Reporting Standards) emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a norma IAS 34 - Interim Financial Reporting.

DESTAQUES DO TRIMESTRE

- Volume financeiro de transações no trimestre totalizou R\$98,8 bilhões, aumento de 12,2% em relação ao 1T12, ou R\$ 10,7 bilhões;
- Receita operacional líquida totalizou no trimestre R\$1.546,5 milhões, aumento de 28,4% em relação ao 1T12, ou R\$342,2 milhões e redução de 2,8% em relação ao 4T12, ou R\$45,0 milhões;
- EBITDA de R\$874,5 milhões no trimestre, aumento de 13,8% em relação ao 1T12, ou R\$105,9 milhões e aumento de 5,8% em relação ao 4T12, ou R\$48,3 milhões;
- Margem EBITDA de 56,5% no trimestre, redução de 7,3 pontos percentuais em comparação ao 1T12 e aumento de 4,6 pontos percentuais em relação ao 4T12;
- Lucro líquido Cielo (Controladora) totalizou R\$640,9 milhões, aumento de 13,1% em relação ao 1T12, ou R\$74,3 milhões e aumento de 5,0% em relação ao 4T12, ou R\$30,6 milhões;

DESEMPENHO OPERACIONAL

VOLUME FINANCEIRO DE TRANSAÇÃO

No 1T13, a Cielo capturou 1,358 bilhão de transações, um crescimento de 7,0% em relação ao 1T12 e uma redução de 4,2% sobre o 4T12. O volume financeiro de transações totalizou R\$98,8 bilhões, representando um acréscimo de 12,2% quando comparado aos R\$88,1 bilhões no mesmo período em 2012 e redução de 5,3% em relação ao 4T12.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$63,3 bilhões no 1T13, o que representou um crescimento de 11,5% em relação ao 1T12 e redução de 2,7% em relação ao 4T12.

Comentário do Desempenho

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$35,5 bilhões no 1T13, um crescimento de 13,5% em relação ao 1T12 e redução de 9,6% em relação ao 4T12.

CLIENTES CREDENCIADOS E BASE DE EQUIPAMENTOS

O número de clientes credenciados ativos totalizava 1,3 milhão ao final do 1T13, o que representa um aumento de 10,2% sobre o 1T12 e um aumento de 0,5% sobre o 4T12. São considerados ativos aqueles clientes que realizaram pelo menos uma transação nos últimos 60 dias.

CLIENTES CREDENCIADOS	1T13	4T12	1T12	1T13 X 4T12	1T13 X 1T12
Clientes Ativos em 60 dias (mil)	1,336	1,329	1,212	0.5%	10.2%

A base de POS instalado teve um crescimento de 14,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e um crescimento de 0,6% em relação ao 4T12. O equipamento WiFi/GPRS terminou o 1T13 representando 49% da base instalada.

POS	1T13	4T12	1T12	1T13 X 4T12	1T13 X 1T12
# POS Instalado	1,738	1,727	1,524	0.6%	14.0%
% Wireless	49%	47%	39%	2.0 p.p	10.0 p.p

DESEMPENHO FINANCEIRO

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Soiedade e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, aluguel de POS e outras receitas diminuiu R\$45,0 milhões, ou 2,8%, para R\$1.546,5 milhões no 1T13, comparada com R\$1.591,5 milhões no 4T12. O decréscimo está relacionado à sazonalidade nas vendas de varejo no 4T12, principalmente devido às vendas natalinas.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados diminuiu R\$34,7 milhões, ou 5,8%, para R\$564,0 milhões no 1T13, comparado com R\$598,7 milhões no 4T12. Essa diminuição ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

Comentário do Desempenho

- (i) Decréscimo de R\$13,8 milhões em custos relacionados aos serviços de aquisição diretamente em decorrência do volume do faturamento no 1T13;
- (ii) Decréscimo de R\$10,5 milhões em manutenção de terminais dada a maior demanda dos estabelecimentos no 4T12 frente ao período natalino;
- (iii) Decréscimo de R\$4,4 milhões em outros custos dos serviços prestados;
- (iv) Decréscimo dos custos dos serviços prestados pelas controladas, substancialmente representado pela M4U em R\$3,7 milhões no 1T13; e
- (v) Decréscimo de R\$2,3 milhões referente aos “fees” pagos às bandeiras, dado ao menor volume de transações no 1T13;

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais diminuíram R\$59,7 milhões, ou 22,86%, para R\$201,5 no 1T13, comparadas com R\$261,2 milhões no 4T12. As despesas operacionais diminuíram em decorrência principalmente do redução das despesas de vendas e marketing e despesas gerais e administrativas.

As principais variações são como seguem:

Despesas de pessoal. As despesas de pessoal diminuíram 4,5%, ou R\$2,5 milhões, para R\$54,8 milhões no 1T13, comparados com os R\$57,3 milhões no 4T12. Essa redução decorre, principalmente, do ajuste da provisão para participação nos lucros de 2012, realizado no primeiro trimestre de 2013, referente a diferença entre o montante provisionado e o valor efetivamente pago quando da mensuração final das metas dos funcionários e executivos.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas diminuíram 28,3%, ou R\$23,2 milhões, para R\$58,5 milhões no 1T13, comparadas com os R\$81,7 milhões no 4T12. Essa variação ocorreu em razão dos maiores gastos ocorrido no 4T12 com serviços profissionais de consultoria para realização de atividades de gestão do projeto relacionados com a aquisição da Me-S e ao processo de emissão de Bonds.

Despesas de vendas e marketing. As despesas de vendas e marketing diminuíram 30,2% ou R\$23,7 milhões, para R\$54,7 milhões no 1T13, comparadas com os R\$78,4 milhões no 4T12. Essa variação decorre da redução no volume de campanhas no 1T13, considerando o maior volume no 4T12 em função das vendas de final de ano.

Equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial diminuiu R\$1,5 milhões, de R\$1,3 milhões de despesa no 1T13, comparadas com R\$0,2 milhões de receita no 4T12. O aumento está relacionado ao maior resultado das investidas da Orizon e Paggo no 1T13.

Outras despesas operacionais líquidas. As outras despesas operacionais líquidas diminuíram R\$11,8 milhões, ou 26,8%, para R\$32,2 milhões no 1T13, comparadas com os R\$44,0 milhões no 4T12. O decréscimo está substancialmente relacionado aos menores gastos com provisão e/ou perdas com créditos incobráveis efetuada no 1T13.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$185,0 milhões no 1T13, um aumento de 3,2% em relação ao 4T12, que obteve um resultado de R\$179,3 milhões.

Receitas financeiras. As receitas financeiras diminuíram R\$0,8 milhões, ou 16,9%, para R\$4,0 milhões no 1T13, comparadas com os R\$4,8 milhões no 4T12. Essa variação decorre do menor saldo médio de aplicações financeiras no 1T13, em razão da utilização de caixa e equivalentes de caixa para fomentar a operação de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais (ARV).

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram R\$2,5 milhões, ou 5,8%, para R\$44,6 milhões no 1T13, comparadas com os R\$42,1 milhões no 4T12.

Antecipação de recebíveis e ajuste a valor presente. A receita com antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente aumentou R\$8,9 milhões, ou 4,1%, para R\$225,3 milhões no 1T13, comparadas com os R\$216,4 milhões no 4T12. Essa variação decorre principalmente da contínua expansão do produto.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE MARÇO DE 2012

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Sociedade e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, aluguel de POS e outras receitas aumentaram R\$342,2 milhões, ou 28,4%, para R\$1.546,5 milhões no 1T13, comparada com R\$1.204,3 milhões no 1T12. Esse aumento está relacionado substancialmente ao início da consolidação das demonstrações financeiras da Me-S, iniciadas a partir do 4T12 e da expansão dos negócios da Sociedade.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados aumentou R\$178,5 milhões, ou 46,3%, para R\$564,0 milhões no 1T13, comparado com R\$385,5 milhões no 1T12. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$138,9 milhões pelo início da consolidação da Me-S no 1T13;
- (ii) Aumento de R\$19,5 milhões referente ao aumento dos “fees” pagos às bandeiras dado o aumento do volume de transações;
- (iii) Aumento de R\$15,8 nas depreciações e amortizações dos equipamentos de captura (POS), principalmente em função da amortização do intangível dada a consolidação da Cielo Inc., pelo aumento do parque total e pela mudança do “mix” de equipamentos, com mais terminais “wireless”, que apresentam valores mais elevados; e

Comentário do Desempenho

(iv) Aumento de R\$4,3 milhões em outros custos em virtude do aumento de transações.

DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais aumentaram R\$78,4 milhões, ou 63,6%, para R\$201,5 no 1T13, comparadas aos R\$123,1 milhões no 1T12. As despesas operacionais aumentaram em decorrência principalmente da consolidação das demonstrações financeiras da Me-S, iniciadas à partir do 4T12, do aumento das despesas de vendas e marketing e outras despesas.

As principais variações são como seguem:

Despesas de pessoal. Aumento de 12,1%, ou R\$5,9 milhões, para R\$54,8 milhões no 1T13, comparados com os R\$48,9 milhões no 1T12. Essa variação decorre, principalmente da consolidação da Me-S, do reajuste nos salários definido pelo acordo com o sindicato e da modificação do quadro de funcionários da Sociedade e de suas demais controladas.

Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas aumentaram 58,9%, ou R\$21,7 milhões, para R\$58,5 milhões no 1T13, comparadas com os R\$36,9 milhões no 1T12. Essa variação ocorreu em virtude da consolidação da Me-S.

Despesas de vendas e marketing. As despesas de vendas e marketing aumentaram 134,2% ou R\$31,4 milhões, para R\$54,7 milhões no 1T13, comparadas com os R\$23,4 milhões no 1T12. Essa variação decorre em virtude da realização de campanhas com parceiros (franquias e bandeiras) e dos incentivos pagos aos bancos parceiros, como despesas de vendas e marketing compartilhados e principalmente devido à não realização de algumas campanhas no 1T12 que foram postergadas ao longo do ano de 2012.

Equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial aumentou R\$1,0 milhão, para R\$1,3 milhões de despesa no 1T13, comparadas com R\$0,3 milhão de despesa no 1T12. O decréscimo está substancialmente relacionado aos resultados das investidas da Sociedade.

Outras despesas operacionais líquidas. As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$18,5 milhões, ou 134,5%, para R\$32,2 milhões no 1T13, comparadas com os R\$13,7 milhões no 1T12. O aumento está relacionado ao aumento de provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa e aumento na provisão para contingências.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$185,0 milhões no 1T13, um aumento de 4,0% em relação ao 1T12, que obteve um resultado de R\$177,9 milhões.

Receitas financeiras. As receitas financeiras diminuíram R\$3,0 milhões, ou 42,4%, para R\$4,0 milhões no 1T13, comparadas com os R\$7,0 milhões no 1T12. Essa variação decorre do menor saldo médio de aplicações financeiras no 1T13, em razão da utilização de caixa e equivalentes de caixa para fomentar a operação de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais (ARV).

Comentário do Desempenho

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram R\$32,5 milhões, ou 270,5%, para R\$44,6 milhões no 1T13, comparadas com os R\$12,1 milhões no 1T12. Essa variação decorre substancialmente da apropriação dos juros sobre novos empréstimos e financiamentos (basicamente aumento nos empréstimos Finame e captação dos “Bonds” emitidos pela Cielo e pela controlada Cielo USA).

Antecipação de recebíveis e ajuste a valor presente. A receita com antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente aumentou R\$46,6 milhões, ou 26,1%, para R\$225,3 milhões no 1T13, comparadas com os R\$178,7 milhões no 1T12. Essa variação decorre principalmente da contínua expansão do produto.

EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalte-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

EBITDA (R\$ milhões)	1T13	4T12	1T12
Lucro Líquido Cielo	640,9	610,3	566,6
Participação dos acionistas que não da Cielo S.A.	2,2	1,4	1,1
Resultado Financeiro	(185,0)	(179,3)	(177,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social	323,0	299,2	305,8
Depreciação e Amortização	93,5	94,7	73,0
EBITDA	874,5	826,3	768,6
<i>% Margem EBITDA</i>	<i>56,5%</i>	<i>51,9%</i>	<i>63,8%</i>

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco devem ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, medida de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade da Sociedade e suas controladas, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Sociedade, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Não obstante essas considerações, a Administração da Sociedade acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornecem informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e sobre a rentabilidade do segmento.

Comentário do Desempenho

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Sociedade adota uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado, com o objetivo de preservar o direito dos acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

A Cielo possui Conselho de Administração composto por 10 membros (2 independentes) e Conselho Fiscal com 3 membros. Além dos citados órgãos societários, foram instalados comitês de assessoramento, responsáveis pela formulação de recomendações quanto a estratégias de negócios, o que engloba estratégias de longo prazo, desempenho da Sociedade e controle e fiscalização das medidas adotadas. Atualmente, além do comitê de Auditoria, que possui previsão estatutária, estão instalados os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Finanças, Pessoas e Governança Corporativa.

A Sociedade adota Políticas de Divulgação de Informações, de Negociação de Ações e Código de Ética, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, órgãos reguladores, sociedade e governos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 1T13 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em 2013, não foram prestados pelos auditores independentes, e partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários e investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de Revisão das Informações Trimestrais-ITR realizada pelos auditores independentes em 31 de março de 2013.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, SP, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla “CIEL3”, e suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco. O contexto operacional das controladas diretas, controladas indiretas e controladas em conjunto (“joint ventures”) é como segue:

Controladas diretas

- **Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”)** - Seu objeto social consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- **Servrede Serviços S.A. (“Servrede”) e CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”)** - Têm como principal atividade a participação em outras sociedades, como cotistas ou acionistas (“holdings”). Em dezembro de 2012, essas “holdings” foram incorporadas pelas até então controladas Multidisplay e Braspag, respectivamente, a valores contábeis, com data-base 30 de novembro de 2012.
- **Cielo USA, Inc. (“Cielo USA”)** - Tem como principal atividade a participação em outras sociedades como cotistas ou acionistas (“holdings”). Em 31 de março de 2013, essa “holding” detinha o controle da Me-S.
- **Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”)** - Tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular; o comércio de recarga de aparelhos celulares ou fixos; a prestação de serviços de consultoria em tecnologia, desenvolvimento e licenciamento de software; o comércio de produtos e a prestação de serviços tecnológicos; e a representação comercial.
- **Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”)** - Tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; e os serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

Notas Explicativas

Controladas indiretas

- **M4 Produtos e Serviços S.A. (“M4 Produtos”)** - Controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- **Merchant e-Solutions, Inc. (“Me-S”)** - Controlada da Cielo USA, tem como objeto social a prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito, compreendendo a autorização de transações, as liquidações financeiras e a notificação de transações aos estabelecimentos comerciais.

Controladas em conjunto (“Joint ventures”)

- **Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda.** - Seu objeto social consiste no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, em plataforma tecnológica única; na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, atendimento em “call center” e outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; e na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços.
- **Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsáude”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsáude administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- **Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. A Precisa é uma “farmácia” voltada para atender aos clientes da Prevsáude, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsáude com doenças crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.
- **Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. (“Guilher”)** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e alimentos.
- **Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo”)** - Tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito; a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos

Notas Explicativas

para captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito; e a administração dos pagamentos e recebimentos com a rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos móveis.

A Cielo e suas controladas são também designadas como “Grupo” ao longo deste relatório.

Reestruturação societária

No exercício de 2012, o Grupo efetuou uma reestruturação societária visando simplificar sua estrutura operacional, conforme segue:

a. *Redução do capital social da CieloPar*

Em 3 de setembro de 2012, foi deliberada a redução do capital social da CieloPar em R\$48.718, fazendo com que a participação que a CieloPar detinha na empresa Paggo passasse a ser detida diretamente pela Cielo. Essa redução no capital social foi realizada a valores contábeis e, conseqüentemente, não houve nenhum ganho nem perda.

b. *Redução do capital social da Servrede*

Em 27 de setembro de 2012, foi deliberada a redução do capital social da Servrede em R\$3.105 mediante a devolução do excedente de recursos em caixa e equivalentes de caixa para a Cielo. A redução no capital social foi realizada a valores contábeis e, conseqüentemente, não houve nenhum ganho nem perda.

c. *Incorporação da CieloPar pela Braspag*

Em 18 de dezembro de 2012, conforme deliberado em Reunião de Sócios, foi aprovada a incorporação da CieloPar pela sua então controlada Braspag nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a CieloPar foi extinta de pleno direito e a Braspag tornou-se sua sucessora.

O patrimônio líquido da CieloPar foi avaliado em 30 de novembro de 2012, com base no valor contábil, em R\$17.874, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

	R\$ mil
Ativo:	
Caixa e equivalentes de caixa	4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.845
Investimento na controlada Braspag	<u>5.025</u>
Total dos ativos incorporados	<u>17.874</u>
Acervo líquido	<u>17.874</u>

O saldo do investimento na controlada Braspag foi eliminado no processo de incorporação.

Notas Explicativas

d. *Incorporação da Servrede pela Multidisplay*

Em 18 de dezembro de 2012, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Servrede pela sua então controlada Multidisplay nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a Servrede foi extinta de pleno direito e a Multidisplay tornou-se sua sucessora.

O patrimônio líquido da Servrede foi avaliado em 30 de novembro de 2012, com base no valor contábil, em R\$25.187, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

	R\$ mil
Ativo:	
Caixa e equivalentes de caixa	8
Impostos a recuperar	63
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.439
Investimento na controlada Multidisplay	<u>8.677</u>
Total dos ativos incorporados	<u>25.187</u>
Acervo líquido	<u>25.187</u>

O saldo do investimento na controlada Multidisplay foi eliminado no processo de incorporação.

e. *Aquisição da Merchant e-Solutions*

Em agosto de 2012, a Cielo concluiu a aquisição, através de sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da Me-S, empresa norte-americana provedora global de soluções para pagamento, a qual possui plataforma tecnológica de última geração desenvolvida para o negócio de adquirência, o que a permitiu se diferenciar no mercado norte-americano.

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2012, no trimestre findo em 31 de março de 2012 as receitas líquidas consolidadas do Grupo seriam de aproximadamente R\$1.368.969 e o resultado do trimestre das operações continuadas seria de aproximadamente R\$565.069. A Administração do Grupo considera que esses valores “pro forma” representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado e, por esse motivo, não devem ser considerados como garantia para a projeção de lucros futuros.

Para apurar as receitas líquidas consolidadas e o resultado “pro forma” do Grupo como se a Me-S tivesse sido adquirida no início do exercício de 2012, a Administração:

- Calculou a depreciação dos equipamentos adquiridos com base nos valores justos originados da contabilização inicial da combinação de negócios.
- Apurou os custos de empréstimos como se o empréstimo tivesse sido captado em 1º de janeiro de 2012.
- Calculou a amortização dos itens relacionados à alocação do ágio da aquisição como se a alocação tivesse sido realizada em 1º de janeiro de 2012.

Notas Explicativas

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Sociedade compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Controladora (BR GAAP)”.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas da Sociedade, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado (IFRS e BR GAAP)”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de apresentação.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias de cada empresa do Grupo (localizadas no Brasil e cuja moeda funcional é o real (R\$)), as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção dos investimentos contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio (“hedge de investimento”).

Notas Explicativas

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão integralmente liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais do período. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período de divulgação. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: alienação da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida ou uma controlada em conjunto que possuem operações no exterior, ou perda de influência significativa sobre uma coligada que possui uma operação no exterior), o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido do Grupo é reclassificado para o resultado do exercício.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

2.5 Contas a receber operacionais e contas a pagar a estabelecimentos comerciais

- a. Antecipação de recebíveis - sobre o contas a receber dos bancos emissores relacionado às operações de antecipações de recebíveis é registrado ajuste a valor presente, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando-se as taxas de juros contratadas nessas operações.
- b. Valores a receber de transações financeiras processadas - representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.
- c. Valores a receber de estabelecimentos comerciais - representam os resultados da prática da Me-S de adiantar as taxas de intercâmbio para a maioria dos estabelecimentos comerciais durante o mês e coletar essas taxas no início do mês seguinte, bem como as taxas que são cobradas dos estabelecimentos comerciais pelo processamento das transações.

Notas Explicativas

- d. Transações pendentes de repasse - referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos comerciais deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.
- e. Valores a liquidar para os estabelecimentos comerciais referentes a transações processadas - são representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.
- f. Cauções de clientes - a Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.6 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis gerados internamente - Gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Notas Explicativas

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Notas Explicativas

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Informações contábeis intermediárias individuais

Nas informações contábeis intermediárias individuais, a Sociedade aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às informações contábeis intermediárias consolidadas.

2.10 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação.

Notas Explicativas

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.11 Investimentos em controladas e controladas em conjunto (“joint ventures”)

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância para governar as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios de suas atividades.

A preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores de modo permanente ocorrem, presumidamente, quando a empresa investidora possui o controle acionário representado por mais de 50% do capital votante da outra sociedade, portanto detém o controle. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às informações contábeis intermediárias individuais com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das controladas (diretas e indiretas) são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido da controlada.

“Joint ventures” são aquelas entidades nas quais o controle é exercido em conjunto pela Sociedade e por um ou mais sócios. Nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido.

A Sociedade possui investimentos em controladas no exterior cujas informações contábeis intermediárias foram originalmente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”). Não são efetuados ajustes às informações contábeis intermediárias das controladas no exterior, uma vez que não há diferenças relevantes em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRSs.

2.12 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Notas Explicativas

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do período. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por empresa do Grupo) com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Notas Explicativas

2.13 Benefícios a empregados

A Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Além disso, a Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, através de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio.

Na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Adicionalmente a Sociedade oferece aos seus funcionários outros benefícios como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais. Os custos relacionados as ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.14 Ativos e passivos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.
- Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:
- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.

Notas Explicativas

- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do período. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do período no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

Notas Explicativas

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a norma IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.15 Derivativos

No período de 23 de agosto de 2012 a 16 de novembro de 2012 a Sociedade contratou instrumentos financeiros derivativos, Contrato a Termo de Moeda em Entrega Física (“Non Deliverable Forward - NDF”), para administrar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio em investimentos no exterior. A utilização de derivativos pela Sociedade ocorreu até a captação de recursos de terceiros com a emissão dos “bonds” denominados em moeda

Notas Explicativas

estrangeira em 16 de novembro de 2012. O resultado com operações de derivativos líquido dos efeitos fiscais está registrado em “Resultados abrangentes” no patrimônio líquido e será reclassificado para o resultado do exercício quando da alienação do investimento no exterior. Não há contratos de derivativos em aberto nas demonstrações financeiras referentes ao período de 31 de março de 2013.

2.16 Contabilização de “hedge”

No período de 23 de agosto a 16 de novembro de 2012 o Grupo designou o NDF, instrumento financeiro derivativo de proteção para riscos relacionados à moeda estrangeira, como “hedge de investimentos líquidos em operações no exterior”.

Em 16 de novembro de 2012, o Grupo designou a captação de recursos de terceiros, através da emissão dos “bonds” como instrumento financeiro de “hedge” para riscos relacionados à moeda estrangeira, como “hedge de investimentos líquidos em operações no exterior”.

Na data da contratação do instrumento financeiro derivativo e na data da captação dos recursos financeiros relacionados à emissão dos “bonds”, a Sociedade documentou a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto da proteção demonstrando seus objetivos e as estratégias de gestão de risco. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Sociedade documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é efetivo na compensação das mudanças de valor justo.

Para os “hedges” de investimentos líquidos em operações no exterior, os ganhos ou as perdas relativos à parcela efetiva do instrumento de “hedge” são reconhecidos em “Resultados abrangentes” e acumulados na rubrica “Hedge de investimento líquido no exterior”, no caso da designação da NDF, e na rubrica “Variação cambial de empréstimo no exterior”, no caso da designação dos recursos obtidos com a emissão dos empréstimos no exterior (“bonds”). Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva, se existirem, são reconhecidos imediatamente no resultado do período.

Os ganhos e as perdas do instrumento de “hedge” relativo à parcela efetiva acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira são reclassificados para o resultado do exercício quando da alienação do investimento no exterior.

A Sociedade prevê a necessidade de renovação ou de contratação de nova operação no caso daquelas em que o instrumento financeiro derivativo apresente vencimento anterior ao do item objeto de “hedge”.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. As receitas decorrentes da captura das transações parceladas com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento de cada parcela. A receita de outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

Notas Explicativas

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto, sendo essa taxa aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “pro rata temporis”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo.

Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto, e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.18 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões contabilizadas pela Sociedade decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e ex-funcionários, mediante ações cíveis e trabalhistas. Esses processos judiciais são avaliados pela Administração da Sociedade e de suas controladas com seus assessores jurídicos e são quantificados por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente à decisão, ao prazo e ao valor.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

Notas Explicativas

2.19 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18.g).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.20 Plano de Opções de Ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada período de relatório, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.21 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos, valorização de instrumentos financeiros derivativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas anualmente.

2.22 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no

Notas Explicativas

momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O Grupo não adotou de forma antecipada as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não em vigor:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de março de 2013. Entretanto, em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

2.24 Reclassificações

As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa do trimestre em 31 de março de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas para refletir as despesas com incentivos fiscais relacionadas a programas de doação para atividades culturais e artísticas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”, conforme mencionado na nota explicativa nº 23.

3 Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Sociedade e de suas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo do resultado é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e

Notas Explicativas

despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Servrede (até 18 de dezembro de 2012), Cielo USA (a partir de 23 de agosto de 2012) e CieloPar (até 18 de dezembro de 2012), das controladas indiretas Me-S (a partir de 31 de agosto de 2012) e M4 Produtos.

Aplicação de novas normas contábeis

A Administração realizou uma revisão detalhada para determinar os efeitos da adoção das normas CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas) e CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto (IFRS 11 - Acordos Conjuntos) em relação as “joint ventures” do Grupo. A adoção dessas normas, as quais possuem a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle resultaram em alterações na contabilização do investimento mantido pelo Grupo nas “joint ventures” Paggo, Orizon, Precisa, Guilha e Prevsáude, empresas controladas em conjunto de acordo com a norma IAS 31 - “Interest in Joint Ventures”. Essas empresas controladas em conjunto foram classificadas como “joint ventures” e registradas pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional do Grupo nos ativos líquidos, no resultado do período e nos resultados abrangentes da Sociedade em uma única conta apresentada na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado ou do resultado abrangente como “Investimentos” e Equivalência patrimonial”, respectivamente.

A Sociedade preparou o seu balanço de abertura, considerando a aplicação dessas novas normas na data de 31 de dezembro de 2011.

Conforme mencionado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a aplicação dessas novas normas não gerou efeito relevante, sendo que, as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012 referente ao balanço patrimonial e as informações contábeis intermediárias consolidadas de 31 de março de 2012 referente a demonstração do resultado do trimestre estão sendo reapresentadas, para fins de comparabilidade, para refletir as alterações devido a aplicação dos conceitos citados acima que substancialmente geraram os seguintes impactos:

Notas Explicativas***Balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012***

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31.12.2012	Efeito de "joint ventures" (*)	31.12.2012
Ativo:	Publicado		Reapresentado
Circulante	6.338.629	(40.146)	6.298.483
Não circulante	3.698.560	30.465	3.729.025
Total do ativo	10.037.189	(9.681)	10.027.508
Passivo e patrimônio líquido:			
Circulante	4.627.457	(8.513)	4.618.944
Não circulante	3.123.625	(1.168)	3.122.457
Patrimônio líquido	2.286.107	-	2.286.107
Total do passivo e patrimônio líquido	10.037.189	(9.681)	10.027.508

Demonstração do resultado findo em 31 de março de 2012

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31.03.2012	Efeito de "joint ventures" (*)	Efeito da Reclassificação Lei Rouanet (Nota 2.24)	31.03.2012
Resultado:	Publicado			Reapresentado
Receita líquida	1.220.762	(16.435)	-	1.204.327
Lucro bruto	821.603	(2.819)	-	818.784
Lucro operacional antes do resultado financeiro	691.654	(22)	4.000	695.632
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	869.985	(461)	4.000	873.524
Lucro líquido do trimestre	567.700	-	-	567.700

(*) Efeito da consolidação proporcional das "joint ventures" Paggo, Orizon, Prevsaude e Precisa, ajustados para fins de comparação com as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012 e com as informações contábeis intermediárias consolidadas - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012.

Notas Explicativas

3.1 Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Cielo USA	100,00	100,00	100,00	100,00
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	99,99	99,99	99,99	99,99
Controladas indiretas:				
M4 Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Me-S	100,00	100,00	100,00	100,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012:

	31/03/2013					
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Ativo:						
Circulante	16.126	16.274	44.773	6.863	391.067	15.225
Não circulante	<u>48.732</u>	<u>29.232</u>	<u>12.946</u>	<u>14.463</u>	<u>186.035</u>	<u>1.723.743</u>
Total do ativo	<u>64.858</u>	<u>45.506</u>	<u>57.719</u>	<u>21.326</u>	<u>577.102</u>	<u>1.738.968</u>
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	13.778	14.743	45.826	2.182	371.251	12.006
Não circulante	32.538	-	5	16	4.396	1.100.322
Patrimônio líquido	<u>18.542</u>	<u>30.763</u>	<u>11.888</u>	<u>19.128</u>	<u>201.455</u>	<u>626.640</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>64.858</u>	<u>45.506</u>	<u>57.719</u>	<u>21.326</u>	<u>577.102</u>	<u>1.738.968</u>

Notas Explicativas

31/12/2012						
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Ativo:						
Circulante	26.393	14.113	49.632	9.395	321.052	1.098
Não circulante	<u>48.398</u>	<u>31.897</u>	<u>12.073</u>	<u>14.337</u>	<u>192.047</u>	<u>1.758.256</u>
Total do ativo	<u>74.791</u>	<u>46.010</u>	<u>61.705</u>	<u>23.732</u>	<u>513.099</u>	<u>1.759.354</u>
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	25.017	11.596	47.156	5.473	320.048	4.434
Não circulante	32.181	-	-	16	5.982	1.121.172
Patrimônio líquido	<u>17.593</u>	<u>34.414</u>	<u>14.549</u>	<u>18.243</u>	<u>187.069</u>	<u>633.748</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>74.791</u>	<u>46.010</u>	<u>61.705</u>	<u>23.732</u>	<u>513.099</u>	<u>1.759.354</u>
31/03/2013						
	Servinet	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
Resultado:						
Receita líquida	21.388	31.556	11.183	4.518	185.684	-
Lucro (prejuízo) bruto	20.908	1.816	5.687	3.156	46.764	(11.752)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.253	4.620	4.961	1.544	17.364	(915)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.439</u>	<u>4.627</u>	<u>5.125</u>	<u>1.569</u>	<u>17.085</u>	<u>(8.680)</u>
Lucro líquido do trimestre	<u>950</u>	<u>4.349</u>	<u>3.739</u>	<u>885</u>	<u>10.837</u>	<u>2.042</u>
31/03/2012						
	Servinet	Servrede	CieloPar	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag
Resultado:						
Receita líquida	25.011	-	-	28.391	9.969	4.109
Lucro (prejuízo) bruto	23.923	(1.581)	1.852	1.895	6.728	2.319
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.394	52	(1.553)	2.432	2.870	823
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.690</u>	<u>100</u>	<u>(1.548)</u>	<u>2.447</u>	<u>2.995</u>	<u>1.108</u>
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	<u>1.116</u>	<u>359</u>	<u>(1.549)</u>	<u>2.218</u>	<u>1.768</u>	<u>668</u>

Notas Explicativas

3.2 Controladas em conjunto (“Joint ventures”)

As participações nas “joint ventures” incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
“Joint ventures”:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsáude	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	40,95	40,95	40,95	40,95
Guilher	40,95	-	40,95	-
Paggo	50,00	50,00	50,00	50,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das “joint ventures” em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012:

	31/03/2013				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Guilher	Paggo
Ativo:					
Circulante	69.083	19.211	5.310	-	3.017
Não circulante	<u>61.151</u>	<u>1.396</u>	<u>448</u>	<u>-</u>	<u>488</u>
Total do ativo	<u>130.234</u>	<u>20.607</u>	<u>5.758</u>	<u>-</u>	<u>3.505</u>
Passivo e patrimônio líquido:					
Circulante	7.627	5.981	1.815	6	2.063
Não circulante	263	-	-	-	2.500
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>122.344</u>	<u>14.626</u>	<u>3.943</u>	<u>(6)</u>	<u>(1.058)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>130.234</u>	<u>20.607</u>	<u>5.758</u>	<u>-</u>	<u>3.505</u>

Notas Explicativas

	31/12/2012			
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Paggo
Ativo:				
Circulante	67.245	22.406	4.431	3.719
Não circulante	<u>61.234</u>	<u>959</u>	<u>319</u>	<u>502</u>
Total do ativo	<u>128.479</u>	<u>23.365</u>	<u>4.750</u>	<u>4.221</u>
Passivo e patrimônio líquido:				
Circulante	7.369	8.208	1.695	3.359
Não circulante	411	-	-	2.000
Patrimônio líquido(passivo a descoberto)	<u>120.699</u>	<u>15.157</u>	<u>3.055</u>	<u>(1.138)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>128.479</u>	<u>23.365</u>	<u>4.750</u>	<u>4.221</u>

	31/03/2013				
	Orizon	Precisa	Prevsáude	Guilher	Paggo
Resultado:					
Receita líquida	18.181	19.534	2.949	-	23
Lucro (prejuízo) bruto	7.322	631	1.698	-	(1.734)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.149	(755)	1.097	(7)	(3.948)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>2.043</u>	<u>(734)</u>	<u>1.099</u>	<u>(7)</u>	<u>(3.920)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	<u>1.646</u>	<u>(531)</u>	<u>887</u>	<u>(7)</u>	<u>(3.920)</u>

	31/03/2012			
	Orizon	Prevsáude	Precisa	Paggo
Resultado:				
Receita líquida	16.101	2.687	21.445	118
Lucro (prejuízo) bruto	6.963	990	1.283	(1.927)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	4.222	501	1.216	(4.311)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>5.334</u>	<u>514</u>	<u>1.144</u>	<u>(4.296)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	<u>4.425</u>	<u>442</u>	<u>997</u>	<u>(4.296)</u>

Notas Explicativas

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	12.887	41.681	17.738	47.227
Moeda estrangeira	8.414	14.772	158.008	101.625
Aplicações financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	147.508	210.671	150.690	214.640
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	80.585	12.092	90.409	37.572
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	<u>3.226</u>	<u>3.271</u>	<u>3.226</u>	<u>3.271</u>
Total	<u>252.620</u>	<u>282.487</u>	<u>420.071</u>	<u>404.335</u>

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 31 de março de 2013, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDB foram rentabilizadas, em média, a 101,76% (102,61% em 31 de dezembro de 2012), da taxa DI.
- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - Estados Unidos da América) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, no caso da Sociedade, e por membros das associações de cartões, no caso da Me-S, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

5 Contas a receber operacionais

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Antecipação de recebíveis (a)	5.621.523	5.541.085	5.621.523	5.541.085
Valores a receber de transações financeiras processadas (b)	-	-	175.684	162.793
Valores a receber de estabelecimentos comerciais (c)	-	-	64.654	69.445
Trava de domicílio bancário (d)	11.260	8.737	11.260	8.737
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (e)	5.284	12.139	5.284	12.139
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (f)	-	-	47.476	43.364
Contestações de portadores de cartões de crédito - “chargeback” (g)	27.113	22.469	27.113	22.469
Outras contas a receber	<u>1.574</u>	<u>2.340</u>	<u>4.153</u>	<u>4.874</u>
Total	<u>5.666.754</u>	<u>5.586.770</u>	<u>5.957.147</u>	<u>5.864.906</u>

Notas Explicativas

- (a) O saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis realizadas que serão recebidas dos bancos emissores de cartão em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais. Adicionalmente, em 31 de março de 2013, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente à receita financeira recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$133.992 (R\$131.619 em 31 de dezembro de 2012), haja vista que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.
- (b) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (c) São representados pelo adiantamento das taxas de intercâmbio que a controlada Me-S realiza para os estabelecimentos comerciais durante o mês. Essas taxas de intercâmbio, bem como a comissão sobre os serviços prestados pela Me-S, são recebidas no início do mês subsequente àquele em que ocorreram as transações. A Me-S utiliza uma câmara de compensação automática (“automated clearing house”) para liquidar as operações.
- (d) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (e) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.
- (f) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4 Produtos e Multisplay através de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.
- (g) Correspondem substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito. A despesa com perdas de “chargeback” no trimestre findo em 31 de março de 2013 totaliza R\$520 (R\$28 em 31 de março de 2012).

Notas Explicativas

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
A vencer	5.072.839	5.564.301	5.363.232	5.842.437
Vencidos até 45 dias	<u>27.113</u>	<u>22.469</u>	<u>27.113</u>	<u>22.469</u>
Total	<u>5.099.952</u>	<u>5.586.770</u>	<u>5.390.345</u>	<u>5.864.906</u>

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Compõem-se como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo (a)	451.718	439.699	467.565	456.416
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo (b)	-	-	296.996	307.717

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

(a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos	289.002	274.978	300.058	283.766
Provisão para despesas diversas	118.029	121.026	120.818	126.803
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	45.557	44.750	45.557	44.750
Provisão para perdas com equipamentos POS	1.132	1.096	1.132	1.097
Efeito sobre alocação de preço de aquisição da controlada Multidisplay	<u>(2.002)</u>	<u>(2.151)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>451.718</u>	<u>439.699</u>	<u>467.565</u>	<u>456.416</u>

Notas Explicativas

- (b) Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no exterior

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Diferenças temporárias:		
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012 (vide nota explicativa nº 9)	292.600	301.735
Outras diferenças temporárias	<u>4.396</u>	<u>5.982</u>
Total	<u>296.996</u>	<u>307.717</u>

7 Investimentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Em controladas	687.926	695.064	-	-
Em controladas em conjunto	<u>43.691</u>	<u>42.977</u>	<u>43.691</u>	<u>42.977</u>
Total	<u>731.617</u>	<u>738.041</u>	<u>43.691</u>	<u>42.977</u>

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto referente ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis intermediárias individuais estão demonstradas no quadro abaixo.

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Lucro (prejuízo) do trimestre		Participação - %		Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012
Controladas:										
Servinet	18.542	17.593	949	1.116	99,99	99,99	949	1.116	18.542	17.593
Servrede (e)	-	-	-	359	-	-	-	359	-	-
Multisplay (e)	47.136	50.858	4.279	-	50,10	50,10	2.144	-	23.615	25.480
CieloPar (d)	-	-	-	(1.549)	-	-	-	(1.549)	-	-
Braspag (d)	19.128	18.243	885	-	99,99	99,99	885	-	19.128	18.243
Cielo USA	626.641	633.748	2.042	-	100,00	100,00	<u>2.042</u>	-	<u>626.641</u>	<u>633.748</u>
Total controladas							<u>6.020</u>	<u>(74)</u>	<u>687.926</u>	<u>695.064</u>
Controladas em conjunto:										
Orizon (a)	122.344	120.699	1.645	4.425	40,95	40,95	674	1.812	44.220	43.546
Paggo (b)	(1.058)	(1.138)	(3.920)	-	50,00	50,00	<u>(1.960)</u>	-	<u>(529)</u>	<u>(569)</u>
Total controladas em conjunto							<u>(1.286)</u>	<u>1.812</u>	<u>43.691</u>	<u>42.977</u>
Total							<u>4.734</u>	<u>1.738</u>	<u>731.617</u>	<u>738.041</u>

Notas Explicativas

As principais informações sobre as controladas em conjunto referente ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas informações contábeis intermediárias consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo.

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Lucro (prejuízo) do trimestre		Participação - %		Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012
Controladas em conjunto:										
Orizon (a)	122.344	120.699	1.645	4.425	40,95	40,95	674	1.812	44.220	43.546
Paggo (b) (c)	(1.058)	(1.138)	(3.920)	(4.296)	50,00	50,00	(1.960)	(2.148)	(529)	(569)
Total							(1.286)	(336)	43.691	42.977

Principais informações financeiras referente as controladas de forma indireta e controladas em conjunto de forma indireta.

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Lucro (prejuízo) do trimestre		Participação - %	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/12/2012
Prevsáude	3.943	3.055	887	442	40,95	40,95
Precisa	14.626	15.157	(531)	997	40,95	40,95
Guilher	(6)	-	(7)	-	40,95	-
Multidisplay (e)	-	-	-	2.218	-	-
M4 Produtos	11.888	14.549	3.739	1.768	50,10	50,10
Paggo (b) (c)	-	-	-	(4.296)	-	-
Braspag (d)	-	-	-	668	-	-
Me-S	201.455	187.069	10.837	-	100,00	100,00

- (a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 3 de setembro de 2012 foi deliberada a redução de capital social da CieloPar, fazendo com que a participação que a CieloPar detinha na empresa Paggo passasse a ser detida diretamente pela Sociedade.
- (c) O investimento reconhecido pela Cielo contempla ajustes realizados no balanço de abertura da controlada Paggo em decorrência da aplicação dos procedimentos de alocação do preço de compra, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, substancialmente representado pela provisão para perdas na plataforma de softwares, conforme descrito na nota explicativa nº 9.
- (d) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 18 de dezembro de 2012 foi deliberada a incorporação da CieloPar pela Braspag, fazendo com que a participação que a CieloPar detinha na empresa Braspag passasse a ser detida diretamente pela Sociedade.
- (e) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 18 de dezembro de 2012 foi deliberada a incorporação da Servrede pela Multidisplay, fazendo com que a participação que a Servrede

Notas Explicativas

detinha na empresa Multidisplay passasse a ser detida diretamente pela Sociedade.

Na consolidação das demonstrações financeiras das controladas diretas Multidisplay e Braspag, bem como as controladas indiretas M4 Produtos e Me-S (adquirida em 31 de agosto de 2012) foram utilizadas as demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2013 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de março de 2013. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de três meses findo em 28 de fevereiro de 2013.

A movimentação dos investimentos nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	176.060	39.691
Equivalência patrimonial	<u>1.738</u>	<u>(336)</u>
Saldo em 31 de março de 2012	<u>177.798</u>	<u>39.355</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	738.041	42.977
Equivalência patrimonial	4.734	(1.286)
Aumento de capital em controlada em conjunto - Paggo	2.000	2.000
Dividendos a receber de controlada direta - Multidisplay	(1.504)	-
Dividendos recebidos de controlada direta - Multidisplay	(2.505)	-
Varição cambial sobre investimento no exterior	<u>(9.149)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>731.617</u>	<u>43.691</u>

8 Imobilizado

		Controladora (BR GAAP)			
		31/03/2013		31/12/2012	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	1.109.189	(659.611)	449.578	452.618
Equipamentos de processamento de dados	20	50.555	(28.416)	22.139	21.864
Máquinas e equipamentos	10	41.056	(39.858)	1.198	1.427
Instalações	10	14.145	(7.915)	6.230	5.470
Móveis e utensílios	10	6.769	(3.351)	3.418	3.545
Veículos	20	<u>2.507</u>	<u>(1.259)</u>	<u>1.248</u>	<u>1.377</u>
Total		<u>1.224.221</u>	<u>(740.410)</u>	<u>483.811</u>	<u>486.301</u>

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Taxa anual de depreciação - %	31/03/2013		31/12/2012	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	1.109.770	(660.029)	449.741	452.749
Equipamentos de processamento de dados	20	62.699	(36.340)	26.359	25.909
Máquinas e equipamentos	10	47.306	(45.612)	1.694	1.903
Instalações	10	28.246	(14.296)	13.950	11.918
Móveis e utensílios	10	10.351	(5.107)	5.244	5.350
Veículos	20	<u>2.533</u>	<u>(1.286)</u>	<u>1.247</u>	<u>1.377</u>
Total		<u>1.260.905</u>	<u>(762.670)</u>	<u>498.235</u>	<u>499.206</u>

(*) Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, está contabilizada provisão para perdas de equipamentos POS, nos montantes de R\$3.330 e R\$3.223, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva rubrica.

A movimentação do imobilizado nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012 é como segue:

Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2012	Adições/ transferências	Baixas	Depreciações	31/03/2013
Equipamentos POS	452.617	70.250	(4.655)	(68.634)	449.578
Equipamentos de processamento de dados	21.864	1.904	-	(1.629)	22.139
Máquinas e equipamentos	1.427	-	-	(229)	1.198
Instalações	5.470	956	-	(196)	6.230
Móveis e utensílios	3.545	36	(7)	(156)	3.418
Veículos	<u>1.378</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(130)</u>	<u>1.248</u>
Total	<u>486.301</u>	<u>73.146</u>	<u>(4.662)</u>	<u>(70.974)</u>	<u>483.811</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições	Baixas	Varição cambial	Depreciações	31/03/2013
Equipamentos POS	452.749	70.291	(4.664)	(53)	(68.582)	449.741
Equipamentos de processamento de dados	25.909	2.477	(53)	(84)	(1.890)	26.359
Máquinas e equipamentos	1.903	70	-	98	(377)	1.694
Instalações	11.918	2.477	-	-	(445)	13.950
Móveis e utensílios	5.350	129	(8)	16	(243)	5.244
Veículos	<u>1.377</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(130)</u>	<u>1.247</u>
Total	<u>499.206</u>	<u>75.444</u>	<u>(4.725)</u>	<u>(23)</u>	<u>(71.667)</u>	<u>498.235</u>

Notas Explicativas

Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2011	Adições	Baixas	Depreciações	31/03/2012
Equipamentos POS	476.102	69.239	(7.929)	(64.578)	472.834
Equipamentos de processamento de dados	18.487	1.439	-	(1.295)	18.631
Máquinas e equipamentos	2.450	-	-	(341)	2.109
Instalações	6.027	1	-	(183)	5.845
Móveis e utensílios	3.830	9	-	(147)	3.692
Veículos	<u>1.363</u>	<u>178</u>	<u>-</u>	<u>(108)</u>	<u>1.433</u>
Total	<u>508.259</u>	<u>70.866</u>	<u>(7.929)</u>	<u>(66.652)</u>	<u>504.544</u>
Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2011	Adições/ transferências	Baixas	Depreciações	31/03/2012
Equipamentos POS	476.102	69.239	(8.006)	(64.500)	472.835
Equipamentos de processamento de dados	20.784	1.753	-	(1.487)	21.050
Máquinas e equipamentos	2.831	3	-	(360)	2.474
Instalações	12.571	264	-	(442)	12.393
Móveis e utensílios	5.712	34	-	(218)	5.528
Veículos	<u>1.363</u>	<u>178</u>	<u>-</u>	<u>(108)</u>	<u>1.433</u>
Total	<u>519.363</u>	<u>71.471</u>	<u>(8.006)</u>	<u>(67.115)</u>	<u>515.713</u>

Não há valores líquidos relacionados a operações de arrendamento financeiro, uma vez que a depreciação desses bens ocorreu até 31 de maio de 2012.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Sociedade possui contratos de empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Finame) para aquisição de novos equipamentos POS, conforme descrito na nota explicativa nº 13.(a).

9 Ágio na aquisição de investimentos

A composição analítica dos ágios em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 está apresentada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Projeto Saúde (“Orizon”):				
Ágio na aquisição de controlada (a)	26.269	26.269	26.269	26.269
Multidisplay:				
Ágio na aquisição de controlada (a)	20.690	20.690	20.690	20.690
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Multidisplay (b)	-	-	10.658	10.658
Braspag:				
Ágio na aquisição de controlada (a)	25.966	25.966	25.966	25.966
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Braspag (b)	-	-	13.377	13.377
Paggo	46.979	46.979	46.979	46.979
Me-S	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>798.613</u>	<u>824.803</u>
	119.904	119.904	942.552	968.742
Provisão para perdas no valor recuperável (c)	<u>(32.626)</u>	<u>(32.626)</u>	<u>(32.626)</u>	<u>(32.626)</u>
Total	<u>87.278</u>	<u>87.278</u>	<u>909.926</u>	<u>936.116</u>

(a) Na apuração do resultado de equivalência patrimonial de 2009 sobre as controladas CBGS Ltda. e CBGS foram eliminados dos resultados daquelas sociedades os efeitos das provisões para a manutenção da integridade do patrimônio líquido (“PMIPL”), nos valores de R\$11.064 e R\$15.205, respectivamente, uma vez que tais efeitos relativos aos ágios originalmente registrados naquelas demonstrações financeiras foram reconstituídos na controladora, conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, considerando-se que as incorporações efetuadas durante o exercício de 2009 não alteraram a essência econômica daqueles ágios.

Na apuração do resultado de equivalência patrimonial de 2012 sobre as controladas Servrede e CieloPar foram eliminados dos resultados daquelas sociedades os efeitos das provisões PMIPL, nos valores de R\$20.690 e R\$25.966, respectivamente, uma vez que tais efeitos relativos aos ágios originalmente registrados naquelas demonstrações financeiras foram reconstituídos na controladora, conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, considerando-se que as incorporações efetuadas durante o exercício de 2012 não alteraram a essência econômica daqueles ágios.

(b) Como há evidências de efetivos benefícios econômicos a serem auferidos como decorrência de redução futura de tributos devido ao aproveitamento do benefício fiscal do ágio pelas incorporadoras Multidisplay e Braspag, foram registrados o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos contra a conta de patrimônio líquido citada antes nas controladas Servrede e CieloPar nos montantes de R\$14.343 e R\$12.597, respectivamente. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os créditos tributários foram reclassificados da rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos” para a rubrica “Ágio”.

(c) Corresponde à provisão para perdas no valor recuperável referente aos ágios da Orizon e Paggo, nos montantes de R\$16.126 e R\$16.500, respectivamente.

Notas Explicativas

A Sociedade revisa pelo menos anualmente o valor contábil do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de haver indicadores de perda de valor. A Sociedade designou as próprias controladas como as “unidades geradoras de caixa”.

Projeto Saúde

Em 2 de janeiro de 2008, a CBGS subscreveu em favor da controladora CBGS Ltda. 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data.

Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das ações representativas do capital social da Polimed Ltda. e Dativa Conectividade em Saúde Ltda. (“Dativa”) pelo montante de R\$71.691, transferindo os ágios na aquisição dessas controladas, nos montantes de R\$47.145 e R\$9.108, respectivamente, líquidos da amortização registrada até a data da transação, e gerando um contas a pagar de R\$67.354 que foi integralizado em até dois anos após a transação. Adicionalmente, em decorrência da parcela integralizada em dinheiro, a CBGS Ltda. gerou ágio de R\$16.764, líquido da provisão para perdas e da amortização registrada até 31 de dezembro de 2008.

Os ágios gerados no processo de subscrição do capital da CBGS Ltda. estão apresentados a seguir:

	Ágio	Participação %	Líquido
Ágio registrado na CBGS Ltda., decorrente da compra de participação de 40,95% do capital social da CBGS	55.880	99,99	55.880
Provisão para perdas com ágio	<u>(39.116)</u>	99,99	<u>(39.116)</u>
	16.764		16.764
Ágio registrado na controlada em conjunto CBGS:			
Orizon	47.145	40,95	19.306
Dativa	<u>9.108</u>	40,95	<u>3.731</u>
Total	<u>73.017</u>		39.801
Efeito de benefício fiscal de ágio incorporado pela Orizon			<u>(13.532)</u>
Total			<u>26.269</u>

Aquisição de controle - Multidisplay

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu, através da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4 Produtos, que juntas formam a M4U, empresa brasileira pioneira e líder no desenvolvimento de plataformas tecnológicas, tanto para recarga de celulares como para pagamentos móveis. O ágio, conforme o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, foi mensurado como o valor em que a soma: (a) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; e (b) do valor das participações de acionistas não controladores na adquirida excedeu o valor líquido (na data de aquisição) dos ativos identificáveis adquiridos.

A aquisição de 50,1% do capital social da M4U deu-se pelo valor de R\$50.650, dos quais R\$25.600 foram pagos na data da aquisição e o saldo remanescente, registrado como “Outras obrigações” no passivo circulante, será pago em até 37 meses a partir da data de fechamento,

Notas Explicativas

condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance” financeira, pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Servrede, incluía ágio na aquisição da controlada no montante de R\$31.348, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	2.300
Valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>17.002</u>
Ativos líquidos adquiridos - Valor justo	19.302
(-) Preço total de compra considerado	<u>50.650</u>
Ágio inicialmente registrado	<u>31.348</u>

Devido ao início do processo de reestruturação societária mencionado na nota explicativa nº 1, o benefício fiscal sobre o valor do ágio demonstrado acima em R\$10.658 foi incorporado pela controlada Multidisplay. Portanto, o valor remanescente do ágio em R\$20.690 foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

- (*) O valor justo dos contratos de prestação de serviços, da plataforma de softwares e das cláusulas de não competição (ativos adquiridos identificáveis) da M4U em agosto de 2010 foi reconhecido com base em laudo elaborado por avaliadores independentes. A avaliação, que está em conformidade com as Normas Internacionais de Avaliação, foi efetuada utilizando como base as evidências no mercado relacionadas a preços de transações similares. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

Aquisição de participação - Paggo

Em setembro de 2010, a Sociedade, a Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) e a Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL) celebraram um Acordo de Investimento, com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da Sociedade (através de sua então controlada CieloPar) em uma nova sociedade denominada Paggo e Meios de Pagamento S.A. Com essa ação, a Sociedade buscou ampliar sua gama de produtos, alinhada com sua estratégia para o setor de “mobile payment”. A Paggo Acquirer e a Sociedade detêm, cada uma, 50% do capital social da Paggo. A aquisição da participação na Paggo deu-se em 28 de fevereiro de 2011 pelo valor de R\$47.000, pago integralmente na data da aquisição.

O balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2011 foi considerado como balanço de abertura como segue:

Notas Explicativas

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	35	-	35
Contas a receber operacional	8.627	-	8.627
Outros créditos	1.288	-	1.288
Ativo intangível	104.406	(104.406)	-
Fornecedores	(9.776)	-	(9.776)
Outras obrigações	<u>(132)</u>	<u>-</u>	<u>(132)</u>
Total	<u>104.448</u>	<u>(104.406)</u>	<u>42</u>

O valor do investimento registrado contabilmente pela CieloPar inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$46.979, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	52.224
Ajuste no valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>(52.203)</u>
	21
Preço total dos ativos adquiridos	<u>47.000</u>
Ágio	<u>46.979</u>

- (*) Corresponde substancialmente à provisão para perdas do direito de uso de softwares registrada na controlada em conjunto Paggo no balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2011, data do registro dos efeitos da alocação do ágio na aquisição do controle compartilhado. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada naquela data.

Com base no laudo de avaliação da alocação do ágio gerado na aquisição da Paggo, elaborado por avaliadores independentes e conforme pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, obteve-se o entendimento de que o valor pago está refletido substancialmente em expectativa de rentabilidade futura, ou seja, ágio (“goodwill”).

Devido ao início do processo de reestruturação societária mencionado na nota explicativa nº 1, o ágio alocado na empresa CieloPar foi utilizado para fins de redução de seu capital, passando, conseqüentemente, a ser registrado na controladora Cielo.

Em setembro de 2012, foi identificada e registrada provisão de R\$16.500 para perdas na recuperação do ágio oriundo da aquisição da controlada em conjunto Paggo. Essa perda é proveniente de alteração no planejamento de receitas futuras, inclusive com alteração no “mix” de produtos a serem ofertados, bem como da necessidade de investimentos adicionais para adequar a rentabilidade da controlada em conjunto ao planejamento futuro, que afetam diretamente o fluxo de caixa nos próximos anos. Os valores da provisão para perdas foram contabilizados na demonstração do resultado na rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas”.

Notas Explicativas

Aquisição do controle - Braspag

Em 23 de maio de 2011, através da até então controlada direta CieloPar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag, líder em soluções para meios de pagamento eletrônicos no Brasil. A aquisição da totalidade das cotas do capital social da Braspag deu-se pelo valor de R\$40.000.

O balanço patrimonial em 30 de abril de 2011 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	1.827	-	1.827
Contas a receber	2.362	-	2.362
Imobilizado e intangível	764	4.638	5.402
Fornecedores	(407)	-	(407)
Outras obrigações	(2.922)	(5.605)	(8.527)
Total	<u>1.624</u>	<u>(967)</u>	<u>657</u>

O valor do investimento registrado contabilmente até então pela CieloPar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$39.343, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	1.624
Valor justo dos passivos líquidos adquiridos (*)	<u>(967)</u>
Ativos líquidos adquiridos - valor justo	657
Preço de compra considerado	<u>40.000</u>
Ágio	<u>39.343</u>

Devido ao início do processo de reestruturação societária mencionado na nota explicativa nº 1, o benefício fiscal sobre o valor do ágio demonstrado acima em R\$13.377 foi incorporado pela controlada Braspag. Portanto, o valor remanescente do ágio em R\$25.966 foi reconstituído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº349/01.

- (*) De acordo com o laudo de avaliação utilizado como base para a alocação do preço de compra da Braspag, elaborado por avaliadores independentes, e considerando as características da empresa adquirida, os ativos intangíveis identificados foram a plataforma de softwares e a carteira de clientes no valor total de R\$4.638. Em contrapartida, foi registrada a provisão para prováveis perdas com riscos tributários e previdenciários na Braspag de R\$5.605. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

Notas Explicativas

Aquisição do controle - Me-S

Em agosto de 2012, a Sociedade concluiu a aquisição, através de sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da Me-S, empresa norte-americana com sede na cidade de Redwood City - Califórnia.

As demonstrações financeiras da Me-S foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") e foram originalmente preparadas em dólares norte-americanos. Na data da aquisição não existiam ajustes relevantes para a harmonização das U.S. GAAP às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRSs.

A Cielo USA, com base em relatório de estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), elaborado por empresa contratada, especializada e independente, efetuou a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Me-S; portanto, o balanço patrimonial, em reais, em 31 de agosto de 2012, considerado como balanço de abertura, é apresentado como segue:

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	93.500	-	93.500
Outros ativos (a)	22.194	6.222	28.416
Imobilizado	1.949	-	1.949
Ágio	67.709	(67.709)	-
Ativo intangível (b)	107.734	821.338	929.072
Imposto de renda diferido - Passivo sobre o valor justo dos ativos intangíveis (c)	-	(304.254)	(304.254)
Contas a pagar a estabelecimentos	(87.916)	-	(87.916)
Outras obrigações (d)	<u>(25.072)</u>	<u>(8.114)</u>	<u>(33.186)</u>
Total	<u>180.098</u>	<u>447.483</u>	<u>627.581</u>

- (a) Na data da aquisição foram identificados e registrados benefícios fiscais no valor de R\$6.222.
- (b) Refere-se à alocação nos ajustes a valor justo dos seguintes intangíveis: (i) plataforma de software de R\$223.300; (ii) relacionamento com clientes de R\$512.778; (iii) acordos de não competição com vendedores de carteiras de clientes de R\$71.862; (iv) outros intangíveis de R\$ 13.398, totalizando R\$821.338.
- (c) Para fins de contabilização da aquisição efetuada e atendendo à legislação tributária norte-americana, o valor justo da aquisição dos investimentos alocado no ativo intangível não é dedutível para fins de apuração de imposto de renda nos Estados Unidos da América. Sendo assim, foi constituída provisão para imposto de renda diferido. Esses valores diferidos são amortizados para o resultado proporcionalmente ao montante de amortizações dos intangíveis efetuadas no período.
- (d) Na data da aquisição foi identificada e registrada provisão para prováveis perdas com contingências tributárias no valor de R\$8.114.

Notas Explicativas

O valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo USA inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$818.875, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	180.098
Valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos (*)	<u>447.483</u>
Ativos líquidos adquiridos - Valor justo	627.581
Preço de compra considerado:	
Aquisição do controle da Me-S	1.365.256
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	<u>81.200</u>
Ágio	<u>818.875</u>

(*) Substancialmente representado pelo custo de aquisição.

A movimentação do saldo de ágio nos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.143	127.813
Ajuste de aquisição (a)	<u>-</u>	<u>(600)</u>
Saldo em 31 de março de 2012	10.143	127.213
Saldo em 31 de dezembro de 2012	87.278	936.116
Ajuste de aquisição (b), (c) e (d)	-	(14.293)
Variação cambial	<u>-</u>	<u>(11.897)</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>87.278</u>	<u>909.926</u>

- (a) No trimestre findo em 31 de março de 2012, a controlada Braspag identificou que a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” estava superavaliada em R\$600. Sendo assim, a Panseg Promoções Ltda., antiga acionista da Braspag, efetuou o pagamento para a CieloPar, sendo este registrado contra o ágio.
- (b) No trimestre findo em 31 de dezembro de 2012, a controlada Me-S foi atuada pelo Estado de Washington em relação a divergências de interpretação em relação à base de cálculo para apuração de impostos sobre as receitas auferidas no período de 2006 a 2009. O valor de R\$8.189, o qual foi pago pela Me-S no trimestre findo em 31 de dezembro de 2012 foi devolvido pelos vendedores em janeiro de 2012 sendo o referido montante registrado contra o ágio.
- (c) A controlada Me-S identificou créditos tributários relacionados ao processo descrito acima registrando o valor de R\$6.222 no Balanço de Abertura datado em 31 de agosto de 2012 aumentando o seu Patrimônio Líquido. Como reflexo a Cielo USA efetuou o registro no mesmo montante diminuindo o valor do ágio e aumentando o valor do investimento.

Notas Explicativas

- (d) A Cielo USA efetuou ajustes na alíquota efetiva de imposto de renda diferido passivo constituído quando da alocação dos valores justos dos ativos intangíveis, aumentando em R\$118 o valor do ágio.

10 Outros intangíveis

Controladora (BR GAAP)					
<hr/>					
31/03/2013					
<hr/>					
31/12/2012					
<hr/>					
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	122.689	(89.648)	33.041	35.042
Desenvolvimento de projetos	20	25.044	(11.323)	13.721	14.473
Relacionamento com clientes	10	412	(11)	401	412
Acordo de não competição	7,5	7.006	(347)	6.659	7.006
Contratos de serviços	20	<u>6.957</u>	<u>(988)</u>	<u>5.969</u>	<u>6.957</u>
Total		<u>162.108</u>	<u>(102.317)</u>	<u>59.791</u>	<u>63.890</u>
<hr/>					
Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
<hr/>					
31/03/2013					
<hr/>					
31/12/2012					
<hr/>					
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	6,66 - 20	379.516	(106.499)	273.017	282.407
Desenvolvimento de projetos (b)	20	153.885	(84.947)	68.938	73.627
Acordo de não competição (c)	7,5 - 50	124.360	(23.303)	101.057	105.661
Contratos de serviços (d)	4 - 20	27.154	(466)	26.688	27.028
Relacionamento com clientes (e)	4 - 20	509.371	(10.616)	498.755	511.489
Marcas (f)	10	<u>5.839</u>	<u>(293)</u>	<u>5.546</u>	<u>5.776</u>
Total		<u>1.200.125</u>	<u>(226.124)</u>	<u>974.001</u>	<u>1.005.988</u>

- (a) Software - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$223.300 (equivalente a US\$110.000 mil). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo, utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias “Relief-from-Royalty” (a um “royalty fee” de 16%) e “Cost Approach - Third-party Cost Estimates”. A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 15 anos. Em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, está contabilizada a provisão para softwares descontinuados de R\$2.000 como redutora do saldo da respectiva rubrica.
- (b) Desenvolvimento de projetos - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.

A seguir, outros ativos intangíveis gerados pela alocação do preço pago na aquisição do controle da M4U, da Braspag e da Me-S, em agosto de 2010, maio de 2011 e agosto de 2012,

Notas Explicativas

respectivamente. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudos elaborados por empresas independentes especializadas naquelas datas, e os critérios para determinação desses ativos intangíveis estão descritos a seguir.

(c) Acordo de não competição:

- **Multidisplay e M4 Produtos** - O valor do acordo de não competição (“with and without”) foi calculado pela metodologia “Income Approach”, utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
- **Me-S** - Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“CB&T”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “With and Without”, e sua vida útil teve como base a data de término do contrato. Adicionalmente, a Cielo USA firmou acordo de não competição com aproximadamente dez funcionários, com vencimento em 18 meses após o encerramento da transação. O valor justo desse acordo foi estimado pela metodologia “With and Without”, e sua vida útil teve como base a data do término do acordo.

(d) Contratos de serviços:

- **Multidisplay e M4 Produtos** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
- **Me-S** - Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “Excess Earnings”, e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.

(e) Relacionamento com clientes:

- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “Income Approach” considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
- **Me-S** - A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: “e-commerce”, “bank customer” e “B2B/Outros”. Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia “Excess Earnings”, respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras “e-commerce” e “bank customer” e 11% para “B2B/Outros”. A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% e 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.

- (f) Marca - avaliada pela metodologia “Relief-from-Royalty”, tendo como premissa a taxa de “royalty” de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da “Royalty Source Intellectual Property Database”, e uma taxa de desconto de 10%.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012 é como segue:

Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2012	Adições	Amortizações	31/03/2013
Software	35.042	660	(2.661)	33.041
Desenvolvimento de projetos	14.473	-	(752)	13.721
Relacionamento com clientes	412	-	(11)	401
Acordo de não competição	7.006	-	(347)	6.659
Contratos de serviços	<u>6.957</u>	<u>-</u>	<u>(988)</u>	<u>5.969</u>
Total	<u>63.890</u>	<u>660</u>	<u>(4.759)</u>	<u>59.791</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições	Baixas	Amortizações	Variação cambial	31/03/2013
Software	282.407	2.693	-	(8.675)	(3.408)	273.017
Desenvolvimento de projetos	73.627	708	(156)	(3.934)	(1.307)	68.938
Acordo de não competição	105.661	140	-	(3.626)	(1.118)	101.057
Contratos de serviços	27.028	-	-	(231)	(109)	26.688
Relacionamento com clientes	511.489	-	-	(5.262)	(7.472)	498.755
Marcas	<u>5.776</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(144)</u>	<u>(86)</u>	<u>5.546</u>
Total	<u>1.005.988</u>	<u>3.541</u>	<u>(156)</u>	<u>(21.872)</u>	<u>(13.500)</u>	<u>974.001</u>

Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2011	Adições	Amortizações	31/03/2012
Software	31.768	737	(3.023)	29.482
Desenvolvimento de projetos	<u>17.479</u>	<u>-</u>	<u>(752)</u>	<u>16.727</u>
Total	<u>49.247</u>	<u>737</u>	<u>(3.775)</u>	<u>46.209</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2011	Adições	Baixas	Amortizações	31/03/2012
Software	40.849	1.798	(2)	(3.885)	38.760
Desenvolvimento de projetos	17.479	-	-	(751)	16.728
Acordo de não competição	12.658	-	-	(525)	12.133
Contratos de serviços	14.674	-	-	(693)	13.981
Relacionamento com clientes	<u>1.357</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(36)</u>	<u>1.321</u>
Total	<u>87.017</u>	<u>1.798</u>	<u>(2)</u>	<u>(5.890)</u>	<u>82.923</u>

As despesas com amortização de intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

11 Transações pendentes de repasse

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os saldos correspondentes de repasses são:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Saldos a pagar a estabelecimentos comerciais	47.263.627	48.821.639
Antecipação de valores com bancos emissores (*)	1.612.156	1.410.133
Saldos a receber de bancos emissores	<u>(45.662.775)</u>	<u>(47.551.762)</u>
Total de transações pendentes de repasse	<u>3.213.008</u>	<u>2.680.010</u>

(*) A Sociedade realiza operações de antecipação de valores que os emissores de cartão de crédito têm a repassar a ela.

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito.

Conforme descrito na nota explicativa nº 24.c), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12 Contas a pagar a estabelecimentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Transações pendentes de repasse (a)	3.213.008	2.680.010	3.213.008	2.680.010
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	266.159	216.026
Cauções de clientes (c)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.019</u>	<u>78.004</u>
Total	<u>3.213.008</u>	<u>2.680.010</u>	<u>3.557.186</u>	<u>2.974.040</u>

(a) Transações pendentes de repasse - As transações pendentes de repasse correspondem à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referentes às transações feitas pelos

Notas Explicativas

portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. De forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 corresponde ao “float” de aproximadamente dois dias.

- (b) Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.
- (c) Cauções de clientes - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

13 Empréstimos e financiamentos

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Finame (a)	388.688	337.437	388.688	337.437
Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds” (b)	<u>947.381</u>	<u>952.830</u>	<u>1.767.109</u>	<u>1.776.701</u>
Total	<u>1.336.069</u>	<u>1.290.267</u>	<u>2.155.797</u>	<u>2.114.138</u>
Circulante	207.590	160.606	219.596	165.040
Não circulante	<u>1.128.479</u>	<u>1.129.661</u>	<u>1.936.201</u>	<u>1.949.098</u>
Total	<u>1.336.069</u>	<u>1.290.267</u>	<u>2.155.797</u>	<u>2.114.138</u>

- (a) Finame
A taxa média ponderada de encargos financeiros é de 6,95% ao ano em 31 de março de 2013 (7,77% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de Finame, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, no caso, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A., que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos através de Finame.

- (b) Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds”
Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de “bonds” no valor total de US\$875 milhões, sendo US\$470 milhões emitidos pela

Notas Explicativas

Sociedade e US\$405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro.

O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o principal em novembro de 2022.

Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses “bonds” (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Não há cláusulas de “covenants” financeiros em relação à operação financeira de emissão de “bonds”.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	150.848	150.848
Novas captações	95.135	95.135
Juros provisionados e encargos apropriados	3.962	3.962
Juros pagos	<u>(3.197)</u>	<u>(3.197)</u>
Saldo em 31 de março de 2012	<u>246.748</u>	<u>246.748</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.290.267	2.114.138
Novas captações	93.224	93.224
Pagamento de principal	(40.721)	(40.721)
Variação cambial (principal e juros)	(14.564)	(26.471)
Juros provisionados e encargos apropriados	16.227	23.991
Juros pagos	<u>(8.364)</u>	<u>(8.364)</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>1.336.069</u>	<u>2.155.797</u>

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificados como não circulante em 31 de março de 2013, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
2014	153.753	153.753
2015	36.219	36.219
2016	3.052	3.052
2022	<u>935.455</u>	<u>1.743.177</u>
Total	<u>1.128.479</u>	<u>1.936.201</u>

Notas Explicativas

14 Fornecedores

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Fornecedores	74.652	81.654	129.658	135.951
Provisões diversas	<u>275.922</u>	<u>268.579</u>	<u>275.922</u>	<u>268.579</u>
Total	<u>350.574</u>	<u>350.233</u>	<u>405.580</u>	<u>404.530</u>

15 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações efetuadas	180.652	449.544	181.025	455.478
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	14.749	15.134	15.663	15.951
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.365	14.866	8.550	15.773
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.332	6.343	5.610	7.512
Programa de Integração Social - PIS	6.196	6.223	6.517	6.523
Outros tributos a recolher	<u>2.650</u>	<u>2.674</u>	<u>2.722</u>	<u>2.758</u>
Total	<u>215.944</u>	<u>494.784</u>	<u>220.087</u>	<u>503.995</u>

16 Outras obrigações

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	48.015	37.658	48.457	38.150
Provisão para férias e encargos	19.900	18.297	29.159	27.306
Participação dos colaboradores e diretores	9.948	41.594	13.590	57.866
Contas a pagar - aquisição de controladas (*)	32.103	31.441	32.103	31.441
Outros valores a pagar	-	-	<u>26.028</u>	<u>25.948</u>
Total	<u>109.966</u>	<u>128.990</u>	<u>149.337</u>	<u>180.711</u>
Passivo não circulante:				
Outros valores a pagar	<u>4.461</u>	<u>6.857</u>	<u>10.224</u>	<u>12.616</u>
Total	<u>4.461</u>	<u>6.857</u>	<u>10.224</u>	<u>12.616</u>

(*) Saldo remanescente a ser pago em conexão com a aquisição da M4U, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance” financeira, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas

17 Provisão para riscos e depósitos judiciais

a. Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, bem como na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações trabalhistas e cíveis, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

Controladora (BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	31/03/2013
Tributárias	751.873	49.406	(42)	196	-	801.433
Cíveis	20.886	3.513	(1.081)	522	(1.162)	22.678
Trabalhistas	<u>46.362</u>	<u>3.154</u>	<u>(2.166)</u>	<u>42</u>	<u>(291)</u>	<u>47.101</u>
Total	<u>819.121</u>	<u>56.073</u>	<u>(3.289)</u>	<u>760</u>	<u>(1.453)</u>	<u>871.212</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2012	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	31/03/2013
Tributárias	774.438	49.406	(42)	205	-	824.007
Cíveis	22.594	3.513	(1.081)	523	(1.162)	24.387
Trabalhistas	<u>55.994</u>	<u>3.535</u>	<u>(2.170)</u>	<u>47</u>	<u>(326)</u>	<u>57.080</u>
Total	<u>853.026</u>	<u>56.454</u>	<u>(3.293)</u>	<u>775</u>	<u>(1.488)</u>	<u>905.474</u>

Controladora (BR GAAP)						
	31/12/2011	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	31/03/2012
Tributárias	602.778	32.398	-	180	-	635.356
Cíveis	10.726	1.343	(4.053)	234	(11)	8.239
Trabalhistas	<u>26.961</u>	<u>1.536</u>	<u>(129)</u>	<u>68</u>	<u>-</u>	<u>28.436</u>
Total	<u>640.465</u>	<u>35.277</u>	<u>(4.182)</u>	<u>482</u>	<u>(11)</u>	<u>672.031</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2011	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	31/03/2012
Tributárias	625.293	32.398	-	193	-	657.884
Cíveis	16.324	1.350	(4.175)	234	(11)	13.722
Trabalhistas	<u>36.263</u>	<u>1.698</u>	<u>(260)</u>	<u>71</u>	<u>-</u>	<u>37.772</u>
Total	<u>677.880</u>	<u>35.446</u>	<u>(4.435)</u>	<u>498</u>	<u>(11)</u>	<u>709.378</u>

Notas Explicativas

- (i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de março de 2013, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$22.678 na controladora e R\$24.387 consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$ 6.672 na controladora e R\$ 6.689 no consolidado.

Adicionalmente, em 31 de março de 2013, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo que aproveitará uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 31 de março de 2013, incluíam 291 ações trabalhistas contra a Cielo e 75 contra a Servinet, das quais 93 haviam sido movidas por ex-empregados. As ações trabalhistas restantes, 273 no total, foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Somente após decisão do Tribunal elas são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes à equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral.

Em 31 de março de 2013, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 47.101 na controladora e R\$57.080 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$ 2.439 na controladora e R\$ 4.249 no consolidado.

Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

Notas Explicativas

- **Cofins -Regime não Cumulativo** - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então, a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para riscos. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em novembro de 2011, a Servinet desistiu da discussão judicial para efeito de adesão ao parcelamento da Lei nº 11.941/09, estando atualmente aguardando definição dos valores a serem levantados pela empresa. O processo judicial da Cielo está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recurso Extraordinário, ainda pendente de julgamento. Em 31 de março de 2013, o valor dessa provisão para riscos é de R\$766.671 na controladora e R\$787.227 no consolidado, e o saldo do depósito judicial é de R\$752.881 na controladora e R\$774.078 no consolidado.
- **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando inclusão em pauta para julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 31 de março de 2013, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$13.816 na controladora e no consolidado.
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Atualmente, aguarda-se a prolação de sentença nos autos da ação anulatória. Em 31 de março de 2013, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$11.372 na controladora e no consolidado, e o valor do depósito judicial é de R\$10.895 na controladora e no consolidado.
- **PIS/PASEP MP nº 1.212/95** - Em abril de 1997, a controlada Servinet obteve a liminar para desobrigá-la ao recolhimento das contribuições destinadas ao PIS com base no faturamento, situação confirmada na sentença. A União interpôs Recurso de Apelação e obteve decisão favorável. Em 26 de agosto de 2010, a controlada entrou com manifestação de prescrição da dívida na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região/SP. Esse Processo Administrativo originou uma ação de Execução Fiscal, em relação à qual se aguarda a citação para oposição de embargos. Em 31 de março de 2013, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$1.950 no consolidado.
- **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a controladora compensou o saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito

Notas Explicativas

fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 31 de março de 2013, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$7.096 e o valor do depósito judicial é de R\$7.045, na controladora e no consolidado.

A Sociedade e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisão para riscos constituída em 31 de março de 2013 no montante de R\$2.478 na controladora e R\$2.546 no consolidado.

Para fazer frente a outros processos avaliados como riscos possíveis pelos assessores jurídicos, a Sociedade e suas controladas detêm depósito judicial no montante de R\$14.969 na controladora e R\$17.752 no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Tributárias	102.297	85.623	116.066	98.850
Cíveis	111.092	104.810	111.093	104.810
Trabalhistas	<u>29.936</u>	<u>27.297</u>	<u>34.448</u>	<u>32.057</u>
Total	<u>243.325</u>	<u>217.730</u>	<u>261.607</u>	<u>235.717</u>

b. Depósitos judiciais

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2013 e de 2012, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/2012	Adição	31/03/2013
Tributários	738.372	47.418	785.790
Cíveis e trabalhistas	<u>7.248</u>	<u>1.863</u>	<u>9.111</u>
Total	<u>745.620</u>	<u>49.281</u>	<u>794.901</u>

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2012	Adição		31/03/2013
Tributários	762.352	47.418		809.770
Cíveis e trabalhistas	<u>9.040</u>	<u>1.898</u>		<u>10.938</u>
Total	<u>771.392</u>	<u>49.316</u>		<u>820.708</u>
	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2011	Adição		31/03/2012
Tributários	592.458	31.786		624.244
Cíveis e trabalhistas	<u>4.759</u>	<u>2.213</u>		<u>6.972</u>
Total	<u>597.217</u>	<u>33.999</u>		<u>631.216</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2011	Adição	Baixa	31/03/2012
Tributários	616.439	31.786	-	648.225
Cíveis e trabalhistas	<u>6.219</u>	<u>2.350</u>	(54)	<u>8.515</u>
Total	<u>622.658</u>	<u>34.136</u>	(54)	<u>656.740</u>

18 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 está representado por 655.096.224 ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19.a), a quantidade de ações em circulação em 31 de março de 2013 é de 653.706.345 (654.368.446 ações em 31 de dezembro de 2012).

O capital social poderá ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho da Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. Exceto nos casos descritos a seguir, os acionistas terão preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo 30 dias corridos para o exercício desse direito contados a partir da publicação da ata do Conselho de Administração que deliberar o aumento. No limite do capital autorizado, a Sociedade pode outorgar opção de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados. O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta, dentro do limite do capital autorizado. Ainda, o Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras não

Notas Explicativas

subscritas em aumento de capital, durante o prazo de exercício de preferência, determinando, antes da venda destas em bolsa de valores em benefício da Sociedade, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou na lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de março de 2013 é de R\$103.865 (R\$99.951 em 31 de dezembro de 2012).

c. Ações em tesouraria

Em 16 de março de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 19 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alteração, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 2.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 365 dias contados da divulgação do fato relevante de sua abertura. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica “Reserva de capital” apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução CVM nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Ações	Valor	Custo médio - R\$ por ação
Saldo em 1º de janeiro de 2013	727.778	(23.410)	32,17
Venda em janeiro de 2013	(11.455)	368	32,17
Venda em fevereiro de 2013	(42.672)	1.373	32,17
Recompra em fevereiro de 2013	70.819	(4.066)	34,57
Recompra em março de 2013	660.000	(38.488)	45,85
Venda em março de 2013	<u>(14.591)</u>	<u>551</u>	<u>45,85</u>
Saldo final em 31 de março de 2013	<u>1.389.879</u>	<u>(63.672)</u>	<u>45,85</u>

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

Notas Explicativas

d. Resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e dos ganhos ou das perdas em instrumentos de “hedge” de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos fiscais, demonstrados abaixo.

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012
Variação cambial sobre investimento no exterior	(2.304)	6.845
Resultado com instrumentos de “hedge” (“bonds”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	17.992	8.779
Resultado com instrumentos de “hedge” (“NDF”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	<u>(10.645)</u>	<u>(10.645)</u>
Total	<u>5.043</u>	<u>4.979</u>

e. Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$100.000.

f. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício de 2012, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. Essa retenção referente ao exercício de 2012 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 30 de janeiro de 2013, o qual foi submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2013. A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de aplicação em capital de giro, que visará substancialmente fomentar a operação de recebíveis (“ARV”).

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.152.250.

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Notas Explicativas

Durante reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2013, foi deliberada a distribuição de complemento dos dividendos e juros sobre capital próprio sobre os lucros, com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, nos montantes de R\$803.502 (representado pela soma dos montantes de R\$360.099 registrado como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2012, e de R\$443.403, valor excedente ao mínimo obrigatório registrado no patrimônio líquido como “Dividendos adicionais aos propostos” em 31 de dezembro de 2012) e R\$35.916 como juros sobre o capital próprio (R\$30.529, líquido de IRRF). Esses dividendos foram pagos aos acionistas em 28 de março de 2013.

19 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2012	654.368.446
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro de 2013	11.455
Fevereiro de 2013	42.672
Recompra de ações em tesouraria - Fevereiro	(70.819)
Recompra de ações em tesouraria - Março	(660.000)
Março de 2013	<u>14.591</u>
Total	<u>653.706.345</u>

b. Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	640.866	566.593	640.866	566.593
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>652.911</u>	<u>653.277</u>	<u>652.911</u>	<u>653.277</u>
Lucro por ação (em R\$) - Básico	<u>0,98155</u>	<u>0,86731</u>	<u>0,98155</u>	<u>0,86731</u>

Notas Explicativas***Lucro por ação diluído***

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	640.866	566.593	640.866	566.593
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	652.911	653.277	652.911	653.277
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	<u>374</u>	<u>724</u>	<u>374</u>	<u>724</u>
Total (em milhares)	<u>653.285</u>	<u>654.001</u>	<u>653.285</u>	<u>654.001</u>
Lucro por ação (em R\$) - diluído	<u>0,98099</u>	<u>0,86635</u>	<u>0,98099</u>	<u>0,86635</u>

20 Receita líquida

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Receita operacional bruta	1.466.690	1.298.751	1.701.373	1.343.055
Impostos sobre serviços	<u>(146.174)</u>	<u>(130.110)</u>	<u>(154.839)</u>	<u>(138.728)</u>
Total	<u>1.320.516</u>	<u>1.168.641</u>	<u>1.546.534</u>	<u>1.204.327</u>

A receita operacional bruta é composta pelas comissões cobradas de estabelecimentos comerciais, pelo aluguel de equipamentos POS, pela prestação de serviços de utilização de rede e pelo processamento de informações para a área médica, bem como por outros serviços relacionados aos meios de pagamento eletrônicos.

21 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Despesas com pessoal	58.079	53.180	85.782	75.328
Depreciações e amortizações	75.733	70.427	93.539	73.005
Serviços profissionais	65.628	46.221	56.105	16.686
Gastos com adquirência (a)	296.259	269.118	430.248	269.271
Vendas e marketing (b)	50.847	23.360	54.733	23.369
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	30.221	26.202
Outras	<u>5.903</u>	<u>14.985</u>	<u>13.623</u>	<u>24.498</u>
Total	<u>552.449</u>	<u>477.291</u>	<u>764.251</u>	<u>508.359</u>
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	377.334	352.220	564.003	385.543
Despesas com pessoal	33.715	29.568	54.768	48.866
Despesas gerais e administrativas	57.151	60.203	58.571	36.860
Vendas e marketing	50.847	23.360	54.733	23.369
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>33.402</u>	<u>11.940</u>	<u>32.176</u>	<u>13.721</u>
Total	<u>552.449</u>	<u>477.291</u>	<u>764.251</u>	<u>508.359</u>

- (a) Os gastos com adquirência são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos POS, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing e incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

22 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores, que são conglomerados financeiros sobre os quais os acionistas controladores detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Me-S, Servinet, Orizon, Multidisplay, M4 Produtos, CieloPar, Braspag e Paggo.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos

Notas Explicativas

emissores, sendo alguns deles seus acionistas. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“arm’s-length basis”).

As tabelas a seguir incluem os saldos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa, relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012:

	Controladora (BR GAAP)									
	31/03/2013								31/12/2012	
	Acionistas		Controladas						Total	Total
	Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	M4U	Paggo	Braspag			
Ativos (passivos e patrimônio líquido):										
Aplicações financeiras (a)	62.545	11.804	-	-	-	-	-	74.349	88.157	
Contas a receber operacionais	1.303	1.305	-	-	-	-	-	2.608	4.026	
Contas a receber de controladas	-	-	-	95	-	22	-	117	149	
Contas a pagar a controladas (e)	-	-	(10.198)	-	(259)	-	-	(10.457)	(11.409)	

	Controladora (BR GAAP)									
	31/03/2013								31/03/2012	
	Acionistas		Controladas						Total	Total
	Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4U	Paggo	Braspag		
Receitas:										
Receitas de aplicações financeiras (a)	1.043	236	-	-	-	-	-	-	1.279	2.642
Receitas de prestação de outros serviços (b)	4.136	4.052	-	-	395	1.081	119	86	9.869	7.256
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	358	-	-	-	-	358	427
Despesas:										
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(1.371)	(1.138)	-	-	-	-	-	-	(2.509)	(2.583)
Outras despesas operacionais (d)	(3.154)	(609)	-	-	-	-	-	-	(3.763)	(3.548)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(24.934)	-	-	-	-	-	(24.934)	(29.164)
Prestação de serviços de processamento da dados (f)	-	-	-	-	-	(1.113)	-	(716)	(1.829)	(1.644)

- (a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Correspondem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas e comissão sobre processamento de transações para as empresas M4 Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (c) Vide nota explicativa nº 5.(e).
- (d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços,

Notas Explicativas

prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.

- (e) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (f) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4 Produtos e pela Braspag.

Principais transações com partes relacionadas

- ***Saldos de bancos emissores***
Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica “Contas a pagar a estabelecimentos”, referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.
- ***Incentivos a bancos domicílio***
A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com metas de “performance” neles estabelecidas.
- ***Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores***
A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, “pro rata temporis”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.
- ***Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)***
A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “back office” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.
- ***Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex***
Em 30 de junho de 2010, a Sociedade assinou um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos com a Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. (“BankPar”), empresa do Grupo Bradesco licenciada dos direitos da bandeira American Express (“Amex”) no Brasil. Adicionalmente, em dezembro de 2011, foi assinado o

Notas Explicativas

termo aditivo ao contrato de prestação de serviços, cujo objetivo é a renovação do contrato de VAN até 31 de dezembro de 2012, bem como a equalização dos benefícios econômicos da Sociedade e da BankPar decorrentes desse contrato, conforme avaliação feita sob assessoria de banco de investimento especializado. Em termos financeiros, tal equalização foi realizada pela inclusão da taxa de conectividade devida pela Sociedade à BankPar, referente à disponibilização de tecnologia que viabiliza o acesso da Sociedade à base dos sistemas de aquisição de estabelecimentos afiliados à bandeira Amex, e resultou em um pagamento de R\$38 milhões. A expansão da parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade à medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura de referidos documentos teve a aprovação do Conselho de Administração, observados para tanto os impedimentos legais.

- ***Trava de domicílio bancário***

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

- ***Escrituração de ações da Sociedade***

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

- ***Serviços operacionais - Programa de emissão de ações***

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“stock options”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

- ***Outros contratos pulverizados***

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”.
- Seguros contratados.
- Serviços de previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Serviço de pagamento a fornecedores.

Notas Explicativas

23 Imposto de renda e contribuição social

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	965.507	870.206	966.039	873.524
Alíquotas vigentes - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(328.272)	(295.870)	(328.453)	(296.998)
Benefício Fiscal Lei do Bem (2012)	7.139	-	7.139	-
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	<u>(3.508)</u>	<u>(7.743)</u>	<u>(1.689)</u>	<u>(8.826)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(324.641)</u>	<u>(303.613)</u>	<u>(323.003)</u>	<u>(305.824)</u>
Correntes	(338.811)	(307.853)	(341.135)	(309.878)
Diferidos	14.170	4.240	18.132	4.054

As doações para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e no consolidado, no trimestre findo em 31 de março de 2012, totalizaram R\$ 4.000. No trimestre findo em 31 de março de 2013, não houve doações incentivadas.

24 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido.

Notas Explicativas

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Dívida (i)	(1.336.069)	(1.290.267)	(2.155.797)	(2.114.138)
Caixa e equivalentes de caixa	<u>252.620</u>	<u>282.487</u>	<u>420.071</u>	<u>404.335</u>
Dívida líquida	<u>(1.083.449)</u>	<u>(1.007.780)</u>	<u>(1.735.726)</u>	<u>(1.709.803)</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>2.438.352</u>	<u>2.277.173</u>	<u>2.445.500</u>	<u>2.286.107</u>
Índice de endividamento líquido	<u>44,43%</u>	<u>44,26%</u>	<u>70,98%</u>	<u>74,79%</u>

- (i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacionais e de controladas, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos, a controladas e por aquisição de controlada, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Em 31 de março de 2013, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		31/03/2013			
		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	252.620	252.620	420.071	420.071
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	5.666.754	5.666.754	5.957.147	5.957.147
Contas a receber de controladas	Empréstimos e recebíveis	306	306	510	510
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	794.901	794.901	820.708	820.708
Fornecedores	Outros passivos financeiros	350.574	350.574	405.580	405.580
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	3.213.008	3.213.008	3.557.186	3.557.186
Contas a pagar a controladas	Outros passivos financeiros	11.817	11.817	1.265	1.265
Contas a pagar - aquisição de controlada	Outros passivos financeiros	32.103	32.103	32.103	32.103
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	1.336.069	1.316.027	2.155.797	2.115.117

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

c. Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões bandeira VISA, com o intuito de proteger-se de eventual risco de “default” dessas instituições. Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira

Notas Explicativas

VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor. O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

A partir de 1º de julho de 2010 a Sociedade também passou a ser credenciadora no Brasil para a bandeira MASTERCARD, sendo o risco de crédito dos bancos emissores desses cartões garantido pela própria bandeira em caso de inadimplência desses bancos emissores para com a Sociedade. A bandeira MASTERCARD estabelece a necessidade de garantias, reais ou bancárias, para os bancos emissores participantes do sistema. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

Os sistemas das bandeiras também preveem a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data de processamento da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões no ponto de venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta-corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações, a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta-corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

d. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sofisticado sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

e. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa

Notas Explicativas

ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos denominados em moeda estrangeira.

“Hedge” de investimentos líquidos em operações no exterior (“net investment hedge”)

A Sociedade, após a captação dos recursos financeiros com a emissão dos “bonds” em novembro de 2012 e com base na Interpretação nº 16 do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” (interpretação técnica ICPC 06 - “Hedge” de Investimento Líquido em Operação no Exterior, emitida em julho de 2008, e consubstanciada na norma IAS 39 (pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), optou por designar como “hedge” para o valor do investimento na Cielo USA em US\$311.981 mil a operação de “ten years bonds”, detido pela Sociedade em US\$470.000 mil. O valor do instrumento financeiro designado, ou seja, a operação de “ten years bonds”, está acrescido do “gross-up” do imposto de renda e da contribuição social (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil) para fins de análise de efetividade do “hedge accounting”.

A contabilização dos efeitos do “hedge” de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto no pronunciamento técnico CPC 38 e norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do “hedge”; (ii) tipo de “hedge”; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura (“hedge” item); (v) identificação do instrumento de cobertura (“hedging instrument”); (vi) demonstração da correlação do “hedge” e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro; dessa forma, no trimestre findo em 31 de março de 2013, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos “hedges” de investimento líquido na Cielo USA; consequentemente, os ganhos ou as perdas dessas operações foram integralmente registrados no patrimônio líquido da Sociedade.

f. Risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 1, em 31 de agosto de 2012 a Sociedade adquiriu o controle da Me-S, através da holding Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas através da moeda funcional, o dólar norte-americano.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Em 31 de março de 2013, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	12.362	86.669
Contas a receber operacionais	-	119.837
Outros ativos	-	13.263
Investimentos em moeda estrangeira	311.981	-
Imobilizado	-	1.110
Ativos intangíveis, incluindo ágio	<u>-</u>	<u>839.336</u>
Total	<u>324.343</u>	<u>1.060.215</u>
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(6.773)	(170.960)
Outros passivos	-	(10.925)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Principal	(470.000)	(875.000)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Juros	(6.436)	(12.399)
Imposto de renda diferido sobre itens alocados no intangível referente à aquisição da Me-S	-	(147.524)
Efeito tributário sobre instrumento de “hedge” - “Bonds” designado como proteção do investimento líquido no exterior	<u>159.800</u>	<u>159.800</u>
Total	<u>(323.409)</u>	<u>(1.057.008)</u>
Posição comprada de dólares norte-americanos	<u>934</u>	<u>3.207</u>

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente ao dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo ao aumento e à redução de 10% no real (R\$) em relação a essa moeda. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real é valorizado em 10% em relação à moeda em questão. Para uma desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio e os saldos apresentados a seguir seriam negativos.

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Resultado (i) +10%	(171)	(279)	(171)	(279)
Patrimônio (i) +10%	(171)	(279)	(171)	(279)
Resultado (i) -10%	171	279	171	279
Patrimônio (i) -10%	171	279	171	279

- (i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

Adicionalmente, a mudança no patrimônio líquido devido a uma variação de 10% do real (R\$) seria nula, uma vez que a variação cambial no instrumento financeiro (“empréstimo ‘bonds’”) líquida dos efeitos fiscais seria compensada com a conversão da operação estrangeira.

g. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

h. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

i. Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 4) e pelo patrimônio líquido (que inclui o capital social, reservas e reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 18).

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

j. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI (fonte: Cetip) e os empréstimos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (fonte: Banco Central do Brasil - Bacen) e Libor (fonte: Bloomberg). Em 31 de março de 2013, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas (despesas), conforme segue:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	352	879	1.758	394	984	1.969
Empréstimos e financiamentos	1.591	3.978	7.955	2.349	5.871	11.743

25 Compromissos

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 31 de março de 2013, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Ano	
2013	10.361
2014	14.688
2015	<u>15.617</u>
Total	<u>40.666</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística

Em 31 de março de 2013, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística são os seguintes:

Ano	
2013	443.643
2014	628.929
2015	<u>668.698</u>
Total	<u>1.741.270</u>

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$7.668. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$4.105. Os contratos de telecomunicações preveem multa rescisória no valor total de R\$50.270.

26 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos,

Notas Explicativas

estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012 foram registrados na rubrica “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Colaboradores	7.337	7.490	10.503	10.849
Diretores estatutários	<u>2.611</u>	<u>2.346</u>	<u>2.844</u>	<u>2.346</u>
Total	<u>9.948</u>	<u>9.836</u>	<u>13.347</u>	<u>13.195</u>

27 Remuneração de administradores e executivos

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, o presidente e os diretores estatutários.

	31/03/2013		
	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	1.585	1.962	3.547
Conselhos fiscal e de administração	<u>434</u>	<u>-</u>	<u>434</u>
Total	<u>2.019</u>	<u>1.962</u>	<u>3.981</u>

(*) Não contempla o plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 31).

A remuneração global anual dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em 2013, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2013, foi de R\$32.468, acrescidos dos correspondentes tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável. Para o Conselho Fiscal foi fixada remuneração de R\$309.

28 Resultado financeiro

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.516	6.104	3.937	6.929
Outras receitas financeiras	<u>80</u>	<u>37</u>	<u>88</u>	<u>59</u>
Total	<u>3.596</u>	<u>6.141</u>	<u>4.025</u>	<u>6.988</u>
Despesas financeiras:				
Juros de mora e multas	(32)	(15)	(43)	(22)
Multas e juros de riscos	(2.201)	(483)	(2.215)	(501)
Antecipação do fluxo de recebíveis com emissores	(15.713)	(6.068)	(15.713)	(6.068)
Juros e encargos sobre empréstimos	(16.227)	(3.962)	(23.991)	(3.962)

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Outras despesas financeiras	<u>(2.306)</u>	<u>(1.436)</u>	<u>(2.606)</u>	<u>(1.475)</u>
Total	<u>(36.479)</u>	<u>(11.964)</u>	<u>(44.568)</u>	<u>(12.028)</u>
Antecipação de recebíveis:				
Receita com antecipação de recebíveis (a)	227.694	190.140	227.694	190.140
Despesa de ajuste a valor presente (b)	<u>(2.373)</u>	<u>(11.391)</u>	<u>(2.373)</u>	<u>(11.391)</u>
Total	<u>225.321</u>	<u>178.749</u>	<u>225.321</u>	<u>178.749</u>
Varição cambial, líquida (c)	<u>268</u>	<u>4.192</u>	<u>264</u>	<u>4.183</u>
Total	<u>192.706</u>	<u>177.118</u>	<u>185.042</u>	<u>177.892</u>

(a) A receita com antecipação de recebíveis nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e de 2012 é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante os trimestres findos naquelas datas.

(b) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.(a), o ajuste a valor presente registrado nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:

- As taxas de juros utilizadas foram as mesmas contratadas nas operações de antecipação de recebíveis de clientes.
- Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do exercício.

(c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Variação cambial, líquida:				
Receitas	495	4.507	495	4.508
Despesas	<u>(227)</u>	<u>(315)</u>	<u>(231)</u>	<u>(325)</u>
Total	<u>268</u>	<u>4.192</u>	<u>264</u>	<u>4.183</u>

29 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.805)	(5.795)	(13.805)	(5.795)
Provisão para riscos, líquida	(10.709)	717	(11.175)	657
Perdas com fraudes e “chargeback”	(1.517)	(392)	(1.517)	(392)
Provisão para perda com equipamentos POS inativos	(4.107)	(4.217)	(4.107)	(4.217)
Baixa efetiva de imobilizado e intangível	(4.663)	(5.299)	(4.663)	(5.299)
Receita na venda de equipamentos POS	27	776	27	776
Receitas com multas contratuais	1.127	1.695	1.127	1.695
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>245</u>	<u>575</u>	<u>1.937</u>	<u>(1.146)</u>
Total	<u>(33.402)</u>	<u>(11.940)</u>	<u>(32.176)</u>	<u>(13.721)</u>

30 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2013, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	105.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	36.962
Lucros cessantes	11.117
Veículos	1.052
Armazenagem de POS	60.000
Transporte de POS	1.250.000

31 Plano de opção de compra de ações

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que ratificou a aprovação do plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, que tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Notas Explicativas

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho de 2009, 23 de setembro de 2009, 6 de julho de 2010, 22 de julho de 2011 e 23 de julho de 2012, foram aprovadas a primeira, segunda, terceira, quarta e quinta outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários das outorgas de opções de compra de ações realizadas em 2010 e 2009 (primeira, segunda e terceira outorgas), nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou alterações na quarta e quinta outorgas, promovendo as seguintes alterações no plano: possibilidade de os elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos; o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos.

Ainda, na reunião do Conselho de Administração de 29 de fevereiro de 2012 foi aprovado plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de "Restrict Shares", limitado ao montante de R\$5.800. Esse programa tem como objetivos minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. Cada programa de retenção de executivos tem a duração de dois anos e as ações outorgadas serão doadas aos executivos que permanecerem na Sociedade no término do período do programa.

Data de outorga	Quantidade de ações					Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificação	Saldo		
Julho de 2009	1.042.320	(90.596)	(969.991)	68.717	50.450	23,68	10,43
Setembro de 2009	220.480	(55.335)	(143.442)	40.505	62.208	35,32	13,75
Julho de 2010	1.073.680	(285.627)	(556.119)	163.314	395.248	33,33	13,38
Julho de 2011	1.315.854	(187.831)	(29.787)	262.413	1.360.649	26,05	12,48
Julho de 2012	987.487	(31.450)	(6.838)	-	949.199	44,48	18,34
Fevereiro de 2012 ("Restrict shares")	96.850	-	-	19.369	116.219	-	52,28
Fevereiro de 2013 ("Restrict shares")	<u>70.819</u>	-	-	-	<u>70.819</u>	-	52,46
Total	<u>4.807.490</u>	<u>(650.839)</u>	<u>(1.706.177)</u>	<u>554.318</u>	<u>3.004.792</u>		

Para determinar o valor justo das opções em 2013 e 2012 optou-se pelo modelo de precificação Black & Scholes. Nos anos anteriores foi utilizada a metodologia binomial, baseada nas seguintes premissas econômicas:

Notas Explicativas

	Outorga em					
	Julho e setembro de 2009	Julho de 2010	Julho de 2011	Fevereiro de 2012	Julho de 2012	Fevereiro de 2013
“Dividend yield”	6,66%	5,73%	8,87%	4,67%	5,36%	3,61%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	37,51%	38,27%	38,88%	31,65%	26,97%
Período esperado para o exercício	4 anos	4 anos	5 anos	2 anos	6 anos	2 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do trimestre e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 e 36 meses. No trimestre findo em 31 de março de 2013 foi reconhecida despesa de R\$4.204 (R\$2.054 em 31 de março de 2012), registrada na rubrica “Despesas com pessoal”, e foram exercidas 68.718 ações no valor de R\$2.291 em 31 de março de 2013 (319.771 ações no valor de R\$11.830 em 31 de março de 2012), sendo o total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica “Reserva de capital” em 31 de março de 2013 de R\$3.914 (R\$1.824 em 31 de março de 2012).

32 Benefícios a empregados

a. Previdência Complementar

A Sociedade contribui mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no trimestre findo em 31 de março de 2013, em despesas de contribuições no montante de R\$1.733 (R\$1.667 em 31 de março de 2012), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

b. Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$4.545 no trimestre findo em 31 de março de 2013 (R\$4.218 em 31 de março de 2012).

33 Itens que não afetam o caixa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Aquisições de equipamentos POS através de novos empréstimos Finame	70.250	69.239	70.291	69.239
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	9.149	-	9.149	-
Dividendos a receber de controlada direta - Multidisplay	1.504	-	-	-
Ajuste de créditos tributários realizado no balanço de abertura da Me-S e reconhecido como ajuste no ágio	-	-	6.104	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos designados como instrumentos financeiros de proteção do investimento líquido no exterior	13.959	-	25.866	-

Notas Explicativas

34 Informações por segmento de negócio

A Sociedade possui um único segmento de negócio, informação essa reportada de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

Esse segmento é oriundo da prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos e serviços correlatos.

As informações financeiras do consolidado representam de forma material esse segmento.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Sociedade possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, através de suas controladas Me-S e Cielo USA. O sumário das informações financeiras dessas controladas está divulgado na nota explicativa nº 3.

35 Eventos subsequentes

Nas assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2013 foi aprovado o aumento do capital social em R\$500.000 mediante capitalização de reservas de orçamento de capital, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma nova ação ordinária para cada lote de cinco ações ordinárias de que forem titulares na posição final do dia 26 de abril de 2013.

36 Aprovação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis e intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 02 de maio de 2013.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da
Cielo S.A.
Barueri-SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), da Cielo S.A. ("Cielo"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Cielo é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individual e consolidada, tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes aos trimestres anteriores

As informações contábeis intermediárias, individual e consolidada, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e ao trimestre findo em 31 de março de 2012 apresentadas para fins de comparação foram anteriormente auditadas e revisadas, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 6 de fevereiro de 2013 e 24 de abril de 2012, respectivamente, que não contiveram qualquer modificação.

Osasco, 2 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP 212059/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

“Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, acompanharam através de relatórios periódicos a gestão econômico-financeira da Cielo S.A., e por ocasião da reunião realizada na presente data, procederam ao exame das informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e relatório emitido pelos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes concluíram que as referidas demonstrações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendam sua aprovação pelos Senhores, quando da Assembleia Geral Ordinária.”

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

Barueri, 02 de maio de 2013.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

Barueri, 02 de maio de 2013.